

+

Asemana



COMPANHIA CABO-VERDIANA DE SEGUROS

SEXTA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 2008 • ANO XVII • Nº 833 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA

DIRECTOR-GERAL DA ENACOL DE SAÍDA

Cifrão



Detidos na Praia sob prisão preventiva no Sal **Suspeitos em fuga**

Pág. 2

POLÍTICA

Jorge Santos impõe
Figueiredo e Isaura

Pág. 13

PAICV escolhe secretário
geral este fim-de-semana

Pág. 12



João Gomes Cravinho
**“PORTUGAL APOIA
ENTRADA DE
CABO-VERDIANOS
SEM VISTO NA UE”**

Págs. 4-5

DESPORTO



**“EM MATÉRIA DE
DESPORTO OLÍMPICO
CONTINUAMOS
NA ESTACA ZERO”**

Franklin Palma

Lance



APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM,
a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede **vinti4**



GARANTIA
Companhia de Seguros de Fidej. T. 20. 20

Contacte-nos!

+

A Procuradoria do Sal tem quatro meses para instruir o processo-crime e formalizar a acusação contra as cinco pessoas detidas na passada semana, por suspeita de pertencerem a uma associação criminosa, ligada ao narcotráfico internacional, com implantação em Cabo Verde. Nesta fase, tanto a Procuradoria como a Polícia Judiciária terão de conciliar esforços na recolha de provas capazes de inculpar os dois agentes da Polícia Nacional, os dois “empresários” e a comissária de bordo da TACV, todos detidos na sequência do julgamento da cabo-verdiana Zany Filomeno - e não Philomene -, ocorrido na Comarca do Sal, na passada semana. Contudo, devido à complexidade do caso, o ministério Público poderá pedir a prorrogação do prazo, aliás, o que chegou a fazer durante a instrução do processo de Zany Filomeno.



Suspeitos em fuga

Segundo fontes de **A Semana**, as declarações de Zany, 33 anos, foram cruciais para a incriminação de Jorge Gonçalves e Zé Pote - ambos com negócios implantados no sector da construção civil, na cidade da Praia -, da comissária de bordo Lígia Furtado e dos agentes da Polícia Nacional Di e Tigana. Foi com base nos depoimentos desta arguida que a Procuradoria do Sal emitiu os mandatos de prisão contra estas cinco pessoas. À excepção do polícia Di, todos foram presos de uma assentada na cidade da Praia pela Polícia Judiciária em tempo recorde.

Essas pessoas, no entanto, não são as únicas procuradas pela Justiça cabo-verdiana, por causa deste processo. Segundo o apurado por **A Semana**, outros suspeitos, eventualmente com residência na Capital, conseguiram escapar ao cerco das autoridades policiais que agora tentam descobrir o seu paradeiro.

“Desde 2005, com a prisão dos três estrangeiros - um português, um espanhol e um francês (e não um cubano, como chegou a ser referido) -, ficou claro que havia mais suspeitos relacionados com este caso de narcotráfico. Restava, saber quem era quem. A esperança das autoridades judiciais e policiais era que a Zany, a principal arguida presa, pudesse fornecer os nomes das restantes pessoas pertencentes à organização”, comenta uma fonte fidedigna.

Explica a mesma fonte, com a fuga de Zany de Cabo Verde, aquando da detenção, em Maio de 2005, do português Pedro Miguel, do espanhol José Maria e do francês André Roger, a Justiça foi obrigada a julgar

os três estrangeiros, em Maio de 2006, num processo à parte. Miguel foi condenado a seis anos e três meses de cadeia, José Maria apanhou seis anos e quatro meses de prisão e Roger teve a pena mais baixa, quatro anos e seis meses de cadeia, por ter colaborado com a Justiça.

“Com a captura de Zany no passado mês de Fevereiro, ela foi julgada agora juntamente com o polícia Di, que trabalhava no serviço de Fronteiras do aeroporto internacional do Sal. Di estava inicialmente acusado de corrupção passiva mas foi incriminado pela própria Zany de estar envolvido no esquema de tráfico”, explica a mesma fonte.

Segundo ainda as palavras da arguida, ficou claro que “todas as semanas” saíam carregamentos de droga de Cabo Verde com destino à Europa, de uma forma “simples e fácil”. “Isto porque, como ficou claro, a organização tinha os seus tentáculos bem implantados nos aviões e no aeroporto do Sal”, esclarece.

Parece seguro que as drogas transportadas para a Europa davam primeiro entrada na ilha de S. Vicente, eventualmente por via marítima, e dali escoavam aos bocados para o mercado europeu, em voos internacionais escolhidos a dedo. Recorde-se que este foi o esquema utilizado aquando da operação Voo da Águia, que levou à prisão de doze pessoas e à apreensão de mais de 200 quilos de cocaína nos aeroportos de S. Vicente e da cidade da Praia. Neste processo, julgado em S. Vicente, surgia um casal composto por um holandês e uma cabo-verdiana como os alegados “donos” da droga, que estava cuidadosamente

empacotada em embrulhos, estampados com o símbolo de uma águia. Resta agora saber se existe alguma relação palpável entre os casos.

A informação, quase que certa, de que a droga “exportada” para a Europa chega primeiro a S. Vicente deixa também claro que a organização em causa terá representantes estacionados na cidade do Mindelo. A esperança das autoridades é que o pessoal capturado possa levar ao desmantelamento da rede, que tem conexões, segundo uma fonte deste jornal, com pelo menos quatro países europeus: Portugal, Holanda, Alemanha e Itália.

“Um dos passos que as autoridades cabo-verdianas vão ter de dar logo de seguida é estabelecer contacto com a Interpol, para fazer o cruzamento de informações”, adianta um policial, que vislumbra uma eventual relação de causa-efeito entre esta organização e a morte de Caló na penitenciária de S. Martinho. Na sua perspectiva, é muito provável que Caló fizesse parte desta rede.

“Os elementos estão à vista, pois ficou claro que a organização tinha um esquema montado que envolvia polícias e comissários de bordo da TACV. Ora, Caló era um comissário de bordo e durante o julgamento foi revelada a identificação de mais uma comissária de bordo envolvida no tráfico”, elucida a nossa fonte, que frisa ainda outro aspecto que ele considera curioso: o facto de haver suspeitas de que a morte de Caló tenha sido ordenada por Zé Pote, que foi também capturado na cidade da Praia, na passada semana. Contudo, foi impossível a este semanário confirmar se foram ou

não reveladas informações no Tribunal do Sal que pudessem relacionar de forma inequívoca estas duas ocorrências.

As quatro pessoas detidas na cidade da Praia foram apresentadas, sob forte medida de segurança, ao Tribunal do Sal na passada sexta-feira, tendo o juiz decretado, como medida de coacção, a prisão preventiva para todos os implicados. Dado esse passo, compete agora à Procuradoria do Sal, com o auxílio da Judiciária, recolher provas irrefutáveis do envolvimento do grupo no narcotráfico ou, pior ainda, numa organização criminosa de cariz internacional. O certo é que Gonçalves, Zé Pote e Lígia Furtado costumavam dar nas vistas na cidade da Praia pela ostentação da “riqueza” no seu estilo de vida.

A comissária possui uma das boutiques mais chiques da Capital, enquanto que Gonçalves ergueu muito recentemente e num ápice um dos prédios mais vistosos da cidade da Praia, em plena Avenida cidade de Lisboa e ao lado do Banco Interatlântico que, por sinal, pensava transferir para lá as instalações. Além disso, os três suspeitos residem em casas consideradas luxuosas para o nível de vida existente em Cabo Verde.

Tudo indica que a organização em causa existe há cerca de quinze anos. Segundo os dados disponíveis, a rede integra assassinos profissionais, que já terão actuado na Europa e, provavelmente, também em Cabo Verde. Zany, recorde-se, terá decidido colaborar com a Justiça devido às constantes ameaças de morte e tentativas de assassinato levadas a cabo por supostos integrantes da rede de narcotráfico.

JOÃO GOMES CRAVINHO, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação português

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação português, João Gomes Cravinho, que está em visita oficial a Cabo Verde, afirma que é “extremamente interessante” para Portugal que os cidadãos cabo-verdianos possam entrar na União Europeia sem visto. Uma afirmação feita ao A Semana, numa entrevista em que explica porque razões a cooperação entre os dois países é “única”.

Por: RITA VAZ DA SILVA



Portugal apoia entrada de cabo-verdianos s

- Cabo Verde é considerado o principal parceiro da cooperação portuguesa. Porquê?

- Em primeiro lugar, é o principal em termos financeiros. Mas mais importante que isso é a qualidade, e ao assinar o Programa Indicativo de Cooperação para 2008-2011, verifico que o ciclo 2005-2007 se esgotou por causa do seu próprio sucesso, o que é relativamente raro na área da cooperação para o desenvolvimento. Tantas vezes verificamos pelo mundo fora que os desafios de cooperação são, passados cinco ou dez anos, os mesmos. No caso de Cabo Verde há um salto qualitativo tremendo, os desafios são novos, e a estratégia de intervenção da cooperação tem de ser diferente devido ao sucesso, que se deve, sobretudo, aos resultados de uma governação que corresponde às necessidades do país.

- Para Portugal o que distingue a cooperação com Cabo Verde da de outros países lusófonos, e porque é classificada de exemplar?

- Não gostaria de fazer comparações directas, na medida em que o nosso relacionamento com cada um dos países de expressão portuguesa é único. Mas o caso de Cabo Verde é muito especial porque há uma particular proximidade e identidade cultural entre os dois países. Quem trabalha na Administração Pública cabo-verdiana reconhece muitas das características, para o bem e para o mal, da Administração Pública portuguesa, igualmente no sector da justiça, e isto significa que temos uma particular compreensão dos desafios. Significa também que vamos encontrar em Cabo Verde algumas soluções muito interessantes para Portugal. Isto é único, não há com nenhum outro país.

- Que soluções são essas?

- Estou a pensar na Casa do Cidadão em Cabo Verde, que corresponde à nossa Loja do Cidadão em Portugal e que foi não um passo em frente, mas dois. Observaram a nossa realidade e criaram uma Casa do Cidadão que é mais evoluída, mais avançada porque há uma integração total dos serviços, enquanto que a Loja do Cidadão é apenas a concentração dos

serviços no mesmo espaço. Isto é um exemplo de um contexto em que Cabo Verde aprofundou uma realidade e não meramente copiou uma experiência de fora.

- Neste novo programa de cooperação optaram por canalizar parte dos apoios para a ajuda orçamental. Porquê?

- São cerca de 1,5 milhão de euros anuais, aumentando nos últimos anos do PIC. O OE de Cabo Verde é feito, hoje em dia, com uma base de transparência e com as metodologias mais avançadas que existem, por isso não temos qualquer reticência de verba a esse respeito.

Por outro lado, os desafios com que Cabo Verde se confronta não são sectoriais ou pontuais, são, em muitos casos, transversais, como o combate à pobreza e exclusão social, a problemática do género. São questões que obrigam a uma intervenção que não é compatível com a lógica do projecto. E cada vez mais faz sentido trabalhar com as autoridades cabo-verdianas numa lógica integrada, como fazem outros países, como a Holanda, a Espanha, a Áustria, que também dão apoio directo ao Orçamento.

Esta é uma das características do novo PIC, mas julgo que a cooperação portuguesa tem outras mais-valias especiais como a disponibilidade das pessoas para trabalharem umas com as outras. Ousaria dizer que um milhão de euros da cooperação portuguesa vale muito mais do que um milhão, porque traz consigo todo um 'know-how'.

- Essa alteração na estratégia de cooperação, optando pela ajuda orçamental, é uma tentativa de melhorar a cooperação portuguesa, que muitas vezes se concentrou nos tais projectos pontuais, que acabaram por não resultar ou não ter seguimento, levando a que a opinião pública em Cabo



... um milhão de euros da cooperação portuguesa vale muito mais do que um milhão, porque traz consigo todo um 'know-how'.

Verde, mas também na África lusófona, critique essa cooperação e diga coisas como: “Não fizeram nada por nós”.

- A cooperação portuguesa teve uma génese muito especial e é completamente diferente das cooperações de outros países europeus nas suas origens. Desde há uns dez anos para cá, que se verifica um processo de reforma, com várias componentes: primeiro, a concentração em determinados domínios, que se consideram mais relevantes; depois, a identificação de mecanis-

mos de acompanhamento apropriados e criação de projectos subsequentes que permitam aproveitar aquilo que se conseguiu fazer num primeiro projecto.

Hoje em dia, apesar de reconhecer a origem desses comentários, rejeitaria essa caracterização, que considero anacrónica porque ignora tudo o que aconteceu nos últimos sete/oito anos em matéria de reforma da cooperação portuguesa. O PIC de 2005/07, o ciclo que acaba de terminar, é precisamente um exemplo de um processo de cooperação com cabeça, tronco e membros. O novo PIC introduz uma série de inovações, temos o apoio directo ao Orçamento do Estado, e há a ênfase que pretendemos dar à sociedade de informação.

- Pegando na deixa da sociedade de informação, de que forma poderá Portugal apoiar Cabo Verde a tornar os seus produtos mais competitivos agora que o país entra na OMC, e quando sabemos que esses produtos são, na sua maioria, serviços, e produtos financeiros e tecnológicos.

- Muita coisa está pensada, sobretudo, pelas autoridades cabo-verdianas. O futuro de Cabo Verde não reside nos seus recursos naturais que são parcos, pelo contrário ele está na educação do seu povo, o que significa que a economia tem que

Foto: Enéias Rodrigues

sectores, nomeadamente nos portos, e do lado português houve toda a disponibilidade para apoiar nesse processo.

Tanto do lado português como do lado cabo-verdiano haverá disponibilidade para ajustar as estratégias face à realidade em evolução e ainda bem que temos esta forma particular de trabalhar.

- Outra realidade com que Cabo Verde se depara agora é a Parceria Especial com a União Europeia. O maior desejo dos cabo-verdianos é poder circular livremente para a UE. Hoje (terça-feira) chega um enviado da CE ao país para analisar um projecto-piloto de Mobilidade que inclui também a Moldávia. Como vê essa possibilidade de livre circulação UE-Cabo Verde?

- Cabo Verde e a Moldávia foram escolhidos como casos-piloto. O sucesso ou a falta de sucesso desse projecto serão determinantes para a natureza do relacionamento futuro não só com esses países mas também com países terceiros. O programa de Mobilidade visa, basicamente, a identificação dos mecanismos possíveis para a criação de regras especiais para a circulação de cabo-verdianos e de moldavos, que podem passar pela criação do perfil do emigrante potencial cabo-verdiano e a procura de uma correspondência nos países europeus, em função das suas necessidades de mão-de-obra. A Europa é um continente em envelhecimento e que precisa de mão-de-obra estrangeira e jovem.

Cabo Verde é um caso interessante, porque é um país com uma importante tradição de emigração, tem elevados índices de escolaridade e não tem ainda resposta para todas as necessidades de emprego. Estou convencido que a Europa facilmente absorverá a mão-de-obra cabo-verdiana disponível, a proveito dos europeus e dos cabo-verdianos.

E exactamente como é que isto se vai processar? Será identificado ao longo deste próximo par de anos. O programa de mobilidade é algo que vai permitir dar corpo à parceria especial, que é uma espécie de esqueleto, um enquadramento geral de manifestação de abertura de portas por parte dos países europeus. O conteúdo exacto da Parceria será determinado pelas propostas que, de parte a parte, se apresentarem ao longo de 2008, seja no domínio das migrações, da segurança, da economia, do comércio. Há muito trabalho para fazer, mas há que ser ousado.

- O governo português acha interessante essa possibilidade dos cabo-verdianos entrarem na Europa sem visto?

- Extremamente interessante. É algo que precisa de ser trabalhado, mas do lado português a sintonia com o governo cabo-verdiano tem sido total. A cooperação entre Portugal e Cabo Verde no domínio das migrações está ainda à procura da sua estruturação. Inauguramos o Centro de Apoio ao Emigrante, que visa precisamente informar melhor os cabo-verdianos antes que eles viajem para a Europa e, por outro lado, chamar a atenção para oportunidades que surjam na Europa. É uma espécie de posto avançado do centro do acolhimento ao emigrante que temos em Portugal e mostra a nossa consciência de que temos que trabalhar a problemática das migrações de forma bastante diferente do que no passado. Infelizmente, desenvolveu-se uma ideia deturpada de que as migrações são algo de temível. Não é de todo o caso. Toda a história da Humanidade é feita de migrações. E hoje em dia vivemos apenas mais uma etapa desse processo.

- Essa busca legítima de uma vida melhor dos imigrantes tem depois uma outra face – que consta das preocupações que levaram ao acordo de Parceria Especial – que é a imigração ilegal, ou seja, as condições em que os imigrantes viajam para chegar à Europa, a forma como são acolhidos e o tráfico de seres humanos. Esse Centro de Apoio vai dar assistência a outros imigrantes e não só aos cabo-verdianos?

- Sim, tem essa componente. Julgo que, em 2007, pela primeira vez na história de Cabo Verde, houve uma emigração líquida, isto é, foram mais os que chegaram do que os que saíram do país, e isto também tem a ver com as transformações importantes que acontecem em Cabo Verde.

- A imigração ilegal é também uma preocupação da UE.

- Não é uma preocupação, temos é que ajustar as nossas estratégias à realidade. Olhamos para isto com serenidade. É claro que é preciso combater, sem qualquer condescendência, o tráfico de seres humanos e outros tráficos, mas na Europa temos necessidade de receber jovens africanos, cheios de energia e com vontade de conquistar uma vida melhor. Temos que saber aproveitar aquilo que partilhamos, e, evidentemente, fazê-lo de uma forma regrada. Estamos a assistir a uma alteração de fundo na forma como se tratam internacionalmente as migrações.

- A parceria especial, do ponto de vista económico, trará que vantagens para Cabo Verde?

- Cabo Verde esteve envolvido como os outros países da África, Caraíbas e Pacífico nas negociações dos Acordos de Parceria Económica. A actual fase de negociação dos APE ainda não permite total clareza a este respeito, mas o que eu sinto, em Bruxelas, é a abertura por parte da Comissão para estudar novas propostas cabo-verdianas. Estamos a esgotar um ciclo, que terminou a 31 de Dezembro. Houve assinatura de acordos parciais com o Gana, a Costa do Marfim, mas não há nenhum acordo global com a sub-região. O que é fundamental é fazer dos acordos de parceria económica instrumentos de apoio ao desenvolvimento, e quanto a essa matéria estamos ainda longe de atingir os objectivos.

Quanto a Cabo Verde, creio que haverá abertura por parte da UE, até por causa da especificidade da sua estrutura económica, para estudar propostas de um relacionamento bilateral único. Mas só com as propostas em cima da mesa saberemos se há viabilidade.

- Há exemplos não tão bem concretizados da cooperação portuguesa em Cabo Verde. Vou-lhe dar três: a Torre de Belém no Mindelo, o Campo de Concentração do Tarrafal e, talvez o mais “grave”, a Cidade Velha, porque é vista, internacionalmente, como um “trabalho” da cooperação espanhola.

- Os espanhóis têm a mania de dizer que a Cidade Velha foi construída no período filipino. Quanto ao Tarrafal desconheço, o que é que se passa?

- O campo de concentração está abandonado.

- E depois?

- Portugal tem a sua responsabilidade, penso, na recuperação do local. Até porque muitos portugueses visitam o campo e ficam espantados ao ver como aquilo está ao abandono.

- Não diria que é um falhanço da cooperação portuguesa. Eu ainda não sei o que se passa com o Tarrafal, ainda ontem me falaram disso, mas não há aí muita substância. Se me dissessem que houve um investimento mal pensado, que falhou, mas que há um miúdo que anda descalço e que isso é um falhanço da cooperação portuguesa, enfim... Há muita coisa por fazer, eventualmente no Tarrafal, mas precisaria pensar mais no assunto antes de ter uma posição fundamentada.

A Torre de Belém do Mindelo já é um caso completamente diferente. É evidente que nem tudo o que aconteceu no passado correu bem. A semente de todos os problemas é que se avançou com um projecto de reconstrução, aliás um projecto mal feito, e como depois se viu teve que se pensar na parte eléctrica e das águas que não tinham sido contempladas no início. Mas sobretudo o erro inicial foi ter-se começado o projecto sem saber para que servia, e o investimento não era de somenos. O que se precisa fazer hoje em relação à Torre de Belém é definir claramente para que serve e identificar se vale a pena fazer o investimento que falta. Mas não é um investimento que eu escolheria como bandeira da cooperação portuguesa.

- E a Cidade Velha como património mundial da Unesco já seria?

- Todo o plano urbanístico elaborado pelo arquitecto Siza Vieira foi apoiado pela Cooperação Portuguesa.

- Foi apenas isso, porque a recuperação de toda a Cidade Velha foi feita pela Cooperação Espanhola.

- Não é pouco. Mas é extremamente positivo todo o apoio da Cooperação Espanhola, seja na Cidade Velha, seja noutros sítios. Não gostaria de passar a ideia que quando se trata de património edificado pelos portugueses só Portugal pode financiar a sua recuperação.

- Estamos a falar de casos especiais.

- Mas o investimento espanhol é muito bem-vindo. Pode dizer, eventualmente com alguma razão, que deveria ter havido mais investimento português ao longo dos anos. O problema aqui tem a ver com as características especiais da cooperação portuguesa. Tínhamos centenas de instituições cada uma com a sua lógica e com os seus milhares de euros para a sua actividade. A Cidade Velha é um dos casos em que se verifica as consequências dessa dispersão. Mas há aspectos positivos como o plano de Siza Vieira, a candidatura actual a Património Mundial – que obviamente apoiaremos – e que foram possíveis porque houve investimento da cooperação portuguesa. Por isso, para concluir, em relação aos três exemplos que deu, tem razão num, não tem razão noutra e tem semi-razão no terceiro.

em visto na UE

girar em torno dos serviços. Há mercados enormes a conquistar na Europa e na sub-região da África Ocidental. Infelizmente, aquilo que se passa hoje na Costa do Marfim e mesmo no Senegal vem mostrar que Cabo Verde tem novas oportunidades. O que Portugal pode fazer? Faço parte de um governo que fez da sociedade de informação uma das suas bandeiras e que, em menos de três anos, já tem resultados a mostrar. Em Cabo Verde, a problemática da sociedade de informação é ainda mais importante face aos desafios da globalização. É um país insular, pequeno, em termos de dimensão da população, mas com vantagens porque é uma ponte privilegiadíssima entre a Europa, as Américas e África, se souber tirar proveito dessas circunstâncias geo-estratégicas. Para isso, a sociedade de informação e a infra-estruturação electrónica são vitais, assim como a criação de um empresariado em torno das problemáticas da informação é uma chave fundamental para o futuro de Cabo Verde. O PIC atribui dez por cento, sete milhões de euros, para a sociedade de informação.

- Houve um outro acordo, que foi assinado recentemente entre os dois Ministérios das Finanças, que prevê um empréstimo concessional de 140 milhões de euros. Esta é uma forma de contornar as regras para que Cabo Verde possa continuar a obter fundos internacionais, apesar de limitado por novas regulamentações devido à sua graduação para PDM?

- Não é uma forma de contornar as regras. Portugal é um país soberano e tem a liberdade de apoiar quem quiser. Mas é natural que as autoridades cabo-verdianas encontrem formas de corresponder às suas novas realidades e nisso não fazem nada de novo, basta olhar para o que fazem muitos países de rendimento médio, como é o caso da China.

Este apoio de 140 milhões de euros em crédito bonificado é, em primeiro lugar, uma enorme confiança no bom uso do dinheiro. Isto não acontece com qualquer um, até porque as formalidades associadas à utilização do dinheiro são ligeiras. Cabo Verde precisa melhorar a infra-estruturação em alguns

Os espanhóis têm a mania de dizer que a Cidade Velha foi construída no período filipino. Quanto ao Tarrafal desconheço, o que é que se passa?



Foto: Enéias Rodrigues



JOSÉ MARIA VARELA

“
É certo que depois de cada acidente – principalmente quando se registam mortes –, há o ritual da renovação da atenção e maior respeito pelas normas. Esta atitude deveria ser a regra e nunca a excepção.
 ”

No último fim-de-semana, em Assomada, uma criança morreu electrocutada enquanto brincava com os seus colegas perto de um poste de iluminação. Segundo asemanaonline, o acidente deveu-se ao contacto com um cabo desprotegido. Os vizinhos já teriam alertado a Electra para a situação de perigo mas só depois desta trágica ocorrência é que a empresa foi fazer o que deveria ter feito imediatamente após a detecção do problema: cortar o cabo.

Ao lado da casa dos meus pais – ainda em Assomada –, um poste da Electra continua a constituir motivo de preocupação enquanto se aguarda (há anos) pela sua mudança para um lugar mais adequado, após vários pedidos nesse sentido. Se antes ele “apenas” impedia a conclusão da terraplanagem de um lote de terreno, hoje, duas construções (ainda com um piso) convivem com os cabos a passarem praticamente ao nível da laje. Se por sorte, ainda não aconteceu nenhum azar, pergunto como será quando começarem as obras no 1º andar ou se iniciarem as construções nos outros lotes vizinhos e que vão esbarrar-se com os referidos cabos?

Na Praia, particularmente no meu bairro, a situação não é muito diferente. Na minha rua, tenho constatado que de forma provisória, quatro caixas de electricidade de igual número de casas estão ligadas, duas a duas, por cabos que se estendem pelo passeio – sem qualquer tipo de protecção – numa extensão total de uns trinta

metros, isto há mais de um ano. A fim de inspeccionar a tubagem de água, presumo, uns trabalhadores da Electra abriram uma vala para esse efeito. Alguns dias depois voltaram e taparam tudo, excepto um troço de cerca de 2 metros, mesmo à frente da minha casa, situação que já se arrasta por largos meses.

Infelizmente, com a CVTelecom a experiência é igual: há muitos meses que o passeio à frente da minha porta espera pela conclusão da reposição da calçada retirada por esta empresa. Aparentemente, a única preocupação seria a substituição de um cabo. Só pude ter acesso à garagem, passados alguns dias e outros tantos telefonemas. Até hoje, telefonemas e contactos com responsáveis da CVTelecom – que já voltaram a esta rua para abertura de outras valas –, revelaram-se totalmente infrutíferos, apesar das promessas. Será que em outras ruas, outros bairros, cidades ou ilhas, não se verificam situações reveladoras de uma certa displicência, do género do que é aqui relatado? O caso é tanto mais grave quanto este tipo de comportamento tem como consequência danos graves incluindo a perda de vidas humanas e, regra geral, a culpa acaba sempre por morrer solteira.

Nalguns casos, parece-me que o termo mais apropriado é negligência. A nossa história tem sido fértil em episódios que ilustram o descaso, tanto a nível do governo, das instituições ou individual. Os piores exemplos são as fomes cíclicas que

assolaram o arquipélago até às vésperas da independência. Fica provado que não se tratava de nenhuma fatalidade mas sim falta de atitude para evitar a tragédia, já que nas últimas três décadas isso não voltou a acontecer.

No ano passado, a jornalista Lúcia dos Anjos foi atingida por uma chapa metálica que se desprende de um camião que transitava por uma das avenidas desta cidade. Com uma fiscalização pouco eficiente, associada à irresponsabilidade de certos condutores, até surpreende não ocorrerem mais mortes nestas circunstâncias, tendo em conta o que se observa diariamente pelas ruas da Praia!

Em relação à higiene e segurança no trabalho, verifica-se que há muitos atropelos às normas mais elementares. Na construção civil e na pesca, essas consequências são geralmente trágicas. Ainda em relação às obras, depara-se, amiúde, com tanques desprotegidos e que constituem autênticas armadilhas, em especial para as crianças. O facto de se configurarem como viveiros para a proliferação dos mosquitos é uma outra questão igualmente preocupante, num país aonde o paludismo não se encontra completamente erradicado e de vez em quando ainda mata. É certo que depois de cada acidente – principalmente quando se registam mortes –, há o ritual da renovação da atenção e maior respeito pelas normas. Esta atitude deveria ser a regra e nunca a excepção.

Reforma I

Agora a High Life de Cabo Verde descobriu uma nova forma de ser chique. Sim, longe vão os tempos em que as diferenças sociais se marcavam por uma casa triplex ou quadriplex, número de casas de banho, sofás de pele e ecran panorâmico na sala, ou então pelo número de carros que cada um tinha na garagem. Agora não, o ser chique é poder driblar a idade e os sinais dos tempos na barriguinha, na celulite e nas mamas debandadas dando uma geral na fachada. Pois é, ao **Radar** chegou a informação de que uma poderosa cá do burgo anda a gabar-se junto das amigas, exibindo um cheque de 500 contos, que o seu marido lhe deu para ir fazer um renovação completa no Brasil. “Para voltar em forma”, diz a dita cuja.

Reforma II

Radar que não tem nem 500 contos para dar uma reformada geral nem marido tão dedicado, roendo de inveja, deixa esta sentença para a sortuda: das duas uma, ou o marido “*ama-me*” a sua mais que tudo, ou então o homem não está satisfeito com o que tem em casa e exige reformas. O que não faz a dor de cotovelo!!!

Liderança

A TACV tem nova delegada em Lisboa. Chama-se Ivana e, talvez pela sua competência, conseguiu saltar os degraus que ainda lhe faltam para ser assistente principal e aterrar na cadeira de chefe da delegação de Lisboa. E como **Radar** defende que idade não é documento e a experiência adquire-se com trabalho, garra e muita ambição, deixa aqui a sua forcinha à jovem, porque afinal parece que há muita gente disposta a ensiná-la a singrar na vida. Coincidência ou não, **Radar** captou o Gylito num restaurante da capital, em pleno contacto profissional, com a sua nova delegada. E para os mal intencionados **Radar** vai logo avisando que o *big boss* não estava mais que pondo em prática o mais moderno conceito de chefia compartilhada... Liderança de proximidade! *E quem ki tem raiba pa tchupa limon.*

Samba I

A batucada está a tomar conta da cidade do Mindelo. O rufar dos tambores começa à tardinha e aí é suar, suar e suar pela noite dentro para pôr o pé no compasso. A esse apelo do corpo e do ritmo ninguém consegue resistir e até os turistas entram na ramboia... De preferência ao lado das lindas candidatas ao trono de rainha. É assim o Carnaval do Mindelo, mexe com todo o mundo!

Samba II

E como ninguém quer ficar para trás, até os chefes de serviço de empresas públicas e privadas fazem questão de participar. Mesmo que, até quarta-feira das cinzas, a produção seja zero! Os artistas: músicos, compositores, alfaiates e produtores de andores é que não podem dizer o mesmo. Trabalho é o que não lhes falta... E bolso cheio também!

Mascadjon

Numa direcção que fica lá para as bandas de Achada de São Filipe, há um técnico que chegou de fresco e



● **A mania dos cães de raça chegou, há muito, a Cabo Verde. As suas consequências também. Que o diga o pequeno Heitor, de 10 anos, morador do bairro da Fazenda, que por pouco não foi engolido por um pitbull descontrolado. A sorte do menino foi a polícia estar por perto e desferir na fera três tiros certos. Mas só ao terceiro balázio a besta foi neutralizada. Agora que o aviso foi dado, Radar espera que, finalmente, quem de direito comece a olhar para as feras que andam soltas por estas ilhas.**

● com lata suficiente para começar as suas novas funções no ritmo *di mascadjon*. Isto significa assinar o ponto logo cedo e depois ganhar asas para voar. E tudo com a complacência do chefe. Tem gente com sorte nesta terra, heim? E dizer que o homem já veio transferido de um instituto da mesma família por falta de produtividade. Até quando vai continuar a ser rodado para não trabalhar?

Nilo

● A notícia chega com um ligeiro atraso, mas **Radar** quer dar os parabéns à mamã Matilde Dias e ao papá Tambla pelo seu rebento, um lindo rapaz chamado Nilo, tal como o rio que atravessa a terra dos míticos faraós. Mas os papás babados estão a ter problemas para registrar o filho em S. Vicente, pois, de jeito nenhum querem aceitar o nome. Se aceitam nomes de jogadores de futebol como Klinsman, Diego Maradona, Admilson, e até aqueles que juntam os nomes do pai e da mãe, por que não aceitam o nome de um rio que deu origem a uma das mais importantes civilizações que a humanidade já conheceu? Falta de Kultura, nê, Matilde?

Libertinagem

● A incivilidade parece ser marca registada de uma certa geração de São Vicente. Que o diga um cidadão residente no Mindelo que, na noite do dia do município, estando na sua viatura em meio ao trânsito, em plena Morada, viu o seu carro ser pontapeado por um jovem, sem qualquer razão aparente. O dono do carro ralhou com o rapaz, mas quase se arrependeu diante dos pontapés verbais que ouviu.

Outra vez Electra

● Os cortes de energia um pouco por todo país já não são notícia pela sua frequência. Mas esta, um aviso à Electra enviado ao **Radar** por um utente, merece atenção. É que este utente acusa o delegado da Electra de uma das ilhas da região norte do país de gestão danosa. Segundo esse utente, depois do dito cujo ter arrebatado

com a central eléctrica do Paul, agora cabe a vez à da Ribeira Grande. “*Por incompetência, este responsável e mais um colega deram aos consumidores e à Electra um prejuízo de mais de 16 mil contos ao destruírem, em parte uma máquina que deve ter custado uma boa maquia à empresa nacional de Energia. Quanto a nós, consumidores, tivemos de encaixar uma onda de piscapisca*”, lê-se na nota ao **Radar**. E esta, heim?!

Prejuízos avultados

● A par do piscapisca, de acordo com a nossa fonte, os consumidores tiveram de enfrentar problemas de rede, falta de manutenção, problemas eléctricos nos geradores, que ele não soube reparar, etc., etc. Já os trabalhadores, dizem, são espantados, ameaçados com despedimento, etc., etc. Posturas que só Maquiavel explica. Por tudo isso, os utentes avisam a Electra que basta de abuso!

Recenseamento Fever I

● **Radar** captou na tarde de sábado passado a *boss* da CNE em plena praça Alexandre Albuquerque a conferir o andamento do recenseamento eleitoral naquele posto. ● Preocupada com a (normal) fraca afluência de pessoas naquele horário de fim-de-semana no Plateau, a chefe tratou logo de mandar trasladar o kit do ponto da praça em que se encontrava (perto do Fenícia) para junto da igreja onde se oficiava a missa das seis, aproveitando assim a saída das pessoas da missa. A isto, para quem não conhece, chama-se marketing de proximidade.

Recenseamento Fever II

● A febre do recenseamento parece estar a chegar às crianças, fazendo com que algumas se preocupem mais com o assunto do que muitos adultos, que vão deixando para depois. Essa **Radar** captou de um *pikinoti* de apenas seis anos que, ouvindo os graúdos comentarem sobre a localização dos postos de recenseamento, deixou escapar no tom preocupado de quem se lembra de uma tarefa importante: *É si mé! Inda nka resencia...*

Professores?

● Uma aluna de uma das escolas secundárias da capital, que ultimamente anda movimentada, reclamou com uma tia as dificuldades que tem com a “*Língua Portuguesa*”. ● A tia, preocupada com a sobrinha, que nem é tímida nem tem, normalmente, dificuldades de aprendizado, aconselhou a jovem a pedir ao professor para esclarecer as suas dúvidas. A menina reagiu, dizendo: - Credo, se fizer isto eu morro! E a tia perguntou por quê, achando que o professor era um ditador. Mas a sobrinha respondeu. - É porque tia, ele chega tão fusco à escola que se chegar perto de mim sou capaz de desmaiar ou ficar bêbada só com o hálito dele.

Intervenção

● Ribeira Bote de São Vicente, conhecida como zona libertada, precisa da solidariedade urgente dos poderes públicos centrais, locais e das demais intuições da República. É que muitas famílias desse bairro periférico do Mindelo, nomeadamente as de ilha de Madeira, vivem o drama de conviver com alguns dos seus filhos que consomem a droga. E isto sem qualquer recurso que os ajude a se defenderem das consequências do seu problema. Intervenção precisa-se, ouviu Comissão de Luta contra a droga?.

ANO NOVO, ESPERANÇA RENOVADA, ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS À PORTA



ANTÓNIO NEVES

Asemana Sexta-feira, 25 de Janeiro de 2008

“
Estou certo de que, no momento de depositar o seu voto nas urnas, o eleitorado municipal não deixará de levar em conta todo o progresso que o país tem vindo a experimentar nos últimos anos, graças ao partido da Estrela-Negra.
”

Qualquer que seja o balanço que se fizer do ano que acaba de ceder o seu lugar com um longo adeus e muita dignidade ao 2008, recebido com foguetes, fogos-de-artifício, muita festa e esperança renovada, mesmo partindo de ópticas e pontos de vista diferentes, creio que haverá, com certeza, algo em comum a destacar sem quaisquer reservas: o ano de 2007 foi excepcionalmente positivo em vários domínios, independentemente dos três grandes acontecimentos que inundaram o país de satisfação e muita alegria já na sua recta final.

É óbvio que só com o decorrer do tempo e muito trabalho se poderá avaliar até que ponto valeu a pena todo o esforço dispendido para a consecução dos instrumentos que os nossos dirigentes consideram imprescindíveis para se encarrilar o país rumo a uma nova etapa de desenvolvimento. Aliás, como tem sido assinalado pelos responsáveis do desenvolvimento desses processos, as portas apenas foram entreabertas para tornar visíveis as luzes ao fundo do túnel! Porque a abertura delas de par-em-par, vai agora ser tarefa de todos, seja qual for o campo de actuação de cada um.

A ascensão do país a PDM, não obstante constituir um autêntico êxito, para os mais cépticos foi um estatuto que nos foi atribuído cedo demais. Como tem sido dito, vezes sem conta, a partir do momento em que tal intenção foi dada a conhecer em 2004, trata-se de uma decisão que teve por base os altos desempenhos dos sucessivos Governos que dirigiram o país durante os já percorridos 32 anos de independência nacional, em que estão inerentes os sacrifícios consentidos pelo nosso povo para que pudéssemos sair da cauda do subdesenvolvimento. Assim sendo, é de toda a justiça que o país continue a receber alguma ajuda durante mais um certo tempo, como, aliás, foi prometido, para evitar que a graduação tenha um efeito contrário.

Como a decisão de graduação partiu da ONU, que detém a prerrogativa de determinar, com base em dados científicos, apurados segundo critérios bem definidos, com muita seriedade e de modo imparcial, quem é rico ou pobre, menos pobre e/ou remediado, grupo que, ao que tudo indica, o país passou a integrar desde o primeiro dia do corrente ano de 2008, a comunidade internacional não deixará de levar em conta as fragilidades de que o país ainda padece. Tratando-se do ano do qual se espera, com muita ansiedade, seja o da consolidação de grandes obras infra-estruturantes, já em curso e/ou planificadas, todo o apoio é necessário nesta fase.

No que diz respeito à entrada de Cabo Verde na OMC, aspecto que tem a ver, essencialmente, com a premissa do desenvolvimento do comércio externo, e não só, e que coincide no tempo com a graduação de Cabo Verde, tudo deverá ser feito, pelo menos até que o país consiga que as botas usadas pelos PRM se adaptem aos nossos caleçados pés de ex-PMA,

para evitar que o nosso povo saia a perder em termos socioeconómicos. Só assim conseguiremos, sem complexos, assumir, como Bana na célebre *coladera*, o estilo *esponja* adoptado pelos nossos emigrantes *na tchom d'hollanda*, sinónimo de boa qualidade de vida.

Por seu turno, a parceria especial com a UE, uma das maiores conquistas alcançadas por Cabo Verde e que foi celebrada pela Nação Cabo-verdiana, traz também, na sua génese, o reconhecimento pelo mérito do trabalho feito ao longo dos anos em prol do desenvolvimento do país e da população em todos os domínios. Embora ciente de que se trata de uma importante âncora, que vai ter um papel decisivo para o tão almejado desenvolvimento sustentado, para o chefe do Executivo, JM Neves, tudo irá depender do esforço e do engenho que o país conseguir imprimir ao respectivo processo. Por isso, mãos a obra!

Por outro lado, para o ano em curso, em que serão realizadas as 5^{as} eleições autárquicas, há muito que os partidos políticos entraram em estágio. Uma vez que os resultados das eleições poderão servir como uma espécie de tira-teimas, a data do 18.Maio.08 é aguardada com muita expectativa. Por isso, mas não só, o primeiro semestre vai ser (já está sendo!) de esforçado trabalho político, infelizmente com alguma balbúrdia à mistura, em particular, da parte do maior partido da oposição (a UCID, sendo, por ora, de cariz local/regional, tem pouco *“pano para manga”*). Não deixará, também, de haver alguma atenção de grupos organizados e de cidadãos, individualmente, que cerrarão fileiras à volta dos autarcas das suas preferências.

Com base em experiências amplamente vividas, poder-se-á desde já prever que, durante a primeira metade deste ano, o Governo vai enfrentar muitas dificuldades. Será mais uma daquelas fases em que o Executivo só não deixará de governar para não correr o risco de cair no logro do velho adágio: *“morto por ter cão e morto por não ter”*, na medida em que dirigir o país é, acima de tudo, parte primordial do contrato estabelecido, através do voto depositado nas urnas, entre o Poder Central e a Sociedade. Tudo o que o Executivo fizer no desempenho da sua função, como, p.e., o lançamento de uma primeira pedra para a construção de um centro de saúde, de uma escola, de uma esquadra policial, a inauguração de um palácio de justiça ou de um aeroporto, serão denunciados pela oposição, com veemência, como acto eleitoralista.

Não é, aliás, por acaso que certos aspectos do dia-a-dia da governação foram manietados pelo novo Código Eleitoral. Só não se decretou que o Governo “feche as portas” para férias durante as campanhas eleitorais, porque, para além de caricato, seria extremamente ridículo. Mas se isso entretanto acontecesse, a oposição não perderia a oportunidade de bradar que o país estaria desgovernado. Sendo assim, e escolhendo do mal o menor, mais vale ser

morto por ter cão, do que o contrário.

Por último, à medida que o cerco às autárquicas aperta, verifica-se um certo desequilíbrio em relação aos cálculos e desejos manifestados pelos concorrentes. Enquanto o MpD tornou público, desde há muito, a intenção de ganhar a maioria das Câmaras, JM Neves, mais comedido, acaba de exteriorizar a pretensão do PAICV de ganhar, precisamente, metade do total. A meu ver, ao colocar a fasquia abaixo das suas reais possibilidades, o PAICV está a fazer uso da velha estratégia: pedir menos contando com mais, ao contrário do MpD que pede mais esperando menos, uma operação de tabuada sempre complicada. A UCID, por sua vez, mesmo ciente da exiguidade das suas hipóteses, ao formular o seu desejo não deixará os seus créditos por mãos alheias, isso se o seu presidente conseguir ser candidato!

Embora tenham a clara consciência de que os tambarinas partem para as próximas eleições numa posição diferente daquela que tinham em 2004, os ventoinhas fazem por ignorar isso. A colocação da fasquia acima de metade é prova disso. Esquecem-se que as últimas eleições autárquicas ocorreram quando o primeiro Governo de JM Neves ainda se encontrava na fase de *“arrumar a casa”* e de *“remoção do lixo que encontrara entalhado debaixo do tapete”*. Para além disso, teve a coragem política suficiente (algo que se lhe reconhece!) de tomar medidas que o Governo considerara inadiáveis, embora extremamente antipáticas, como foram os casos do lançamento do IVA (cujo efeito benéfico a maioria dos cidadãos levou tempo a entender) e do aumento do preço dos combustíveis, na altura considerados um autêntico suicídio político.

Tais medidas, que foram objectos de campanha de desinformação levada a cabo pelo MpD (que não teve coragem nem a capacidade políticas de as pôr na prática quando estava no poder), acabara por penalizar o PAICV nas urnas em 2004. Portadores de memórias voláteis, nessa altura os ventoinhas já não se lembravam que as medidas, consideradas imprescindíveis para evitar mal maiores, eram reflexos da herança da sua desastrosa governação.

No actual contexto a realidade é outra. Ultrapassados que foram os maiores constrangimentos herdados; vivendo o início de uma nova e auspiciosa etapa de desenvolvimento baseado em patamares avançados, em que são realçados grandes e decisivos contributos do Governo, do PAICV e respectivos autarcas, as equipas tambarinas eleitas em 2004 e que pretendem renovar o seu mandato, bem como os novos candidatos desse partido, têm razão de sobra para se apresentarem às eleições de 18.Maio.08 em posição confortável. Estou certo de que, no momento de depositar o seu voto nas urnas, o eleitorado municipal não deixará de levar em conta todo o progresso que o país tem vindo a experimentar nos últimos anos, graças ao partido da Estrela-Negra.

O BOM PASTOR

“Para que o mal triunfe, basta que as pessoas de bem não façam nada.”

EDMUND BURKE

Eu sou o bom Pastor; o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas. Mas o mercenário, e o que não é pastor, de quem não são as ovelhas, vê vir o lobo, e deixa as ovelhas, e foge; e o lobo as arrebatou e dispersa as ovelhas. Ora, o mercenário foge, porque é mercenário, e não tem cuidado das ovelhas. Eu sou o bom Pastor, e conheço as minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido. Assim como o Pai me conhece a mim, também eu conheço o Pai, e dou a minha vida pelas ovelhas.

Quem conhecer o Novo Testamento já terá identificado este pequeno extracto. É isso mesmo: *João 10:11-15*.

Apelei para a Sagrada Escritura porque é chegada a hora de os bons pastores se perfilarem para tomar conta do rebanho que Deus depositou neste aprisco reduzido que é o nosso Cabo Verde.

Quando o mercenário não dá conta do recado, pelo menos sozinho, é chegada a vez do pastor. Do bom pastor.

Eu sou do tempo em que o pastor não deixava o seu rebanho entregue unicamente ao mercenário. Tenho excelentes lembranças dos grandes movimentos que foram a JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JOC (Juventude Operária Católica) e a JUVENTUDE NAZARENA.

Reuniões, retiros, passeios, acampamentos e festas onde se falava de Jesus, do próximo e do futuro. Verdadeiras escolas de vida, estufas de espiritualismo, de onde se saía sempre de alma lavada.

Por onde andam os pastores de então? Porque não lhes seguem as pegadas os pastores de hoje? Logo HOJE que as ameaças ao rebanho são bem maiores? Porque deixar os cordeiros entregues exclusivamente ao mercenário? E olhe que é previsível que o mercenário fuja, exactamente porque é mercenário. E está provado que não cuida das ovelhas tão bem quanto o pastor.

Correndo embora o risco de parecer saudosista, não posso deixar de me lambuzar nas lembranças das lições na Escola Paroquial de D. Páscoa (primeiro na Fazenda, depois no Bairro Craveiro Lopes), das reuniões na casa da Carlota de Nho Donnai Vieira e no Salão Paroquial, dos passeios em São Jorge dos Órgãos, dos retiros no Seminário de São José, dos encontros da Acção Católica em São Lourenço dos Órgãos, da grande movimentação juvenil que foi «OS JOVENS ESCOLHEM DEUS» e que coincidiu com o falecimento do Papa João XXIII, dos primeiros namoricos, da primeira comunhão, da comunhão solene... enfim, com a lembrança dos tempos dos pastores que cuidavam das suas ovelhas.

Lembro-me com saudade dos cultos, a que nunca faltava, na Casa de Nhô Tchina Cardoso, perto do local onde foi encaixada a ponte “velha” da Vila Nova, e das intrigas que sofria por parte de um colega que me denunciava junto de

D^a Páscoa (da escola paroquiana que frequentava); do acordeão afinado que animava os cultos; dos brindes que recebia; do casal irlandês que liderava a Igreja dos Nazarenos (Senhor Eads e Dona Jess, era como nos referíamos a eles); dos cânticos (transbordando, transbordando...); que sei eu!? Saudades.

Lembro-me, com tristeza, da lamentável cena entre o pároco de S. Nicolau Tolentino e um grupo de Nazarenos que queriam levar os cultos para São Domingos, e onde entrou a famigerada «ganhoma». Lamentável, mas faz parte da nossa história. Não há que escamotear. Antes pelo contrário.

Outro dia, deram-me conta do Reverendo Adérito Ferreira (da Igreja do Nazareno) com um pastor da Igreja dos Adventistas do Sétimo Dia e um sacerdote Católico, vindo da Cidade Velha dentro de uma mesma viatura, em amena cavaqueira. Não é bonito isso?

Mas pode-se tornar muito mais bonito que isso, se se juntarem e arquitetarem uma estratégia URGENTE para a salvação do rebanho cabo-verdiano. Principalmente dos *cordeiros* de Deus confinados neste aprisco do Atlântico. Que nós outros (carneiros velhos e ovelhas de casco duro) cá nos arranjam. Entendemo-nos com os mercenários ou nos safamos se eles fugirem. Mas os nossos *cordeiros* são presa fácil neste atoleiro global. É a hora dos bons pastores. E temo-los bons. Conheço o Adérito e o Padre Ima desde sempre; conheci o Padre Ildo no Fórum «A Semana» em São Vicente (e ele me deixou maravilhado); tenho assistido às missas de Sábado rezadas pelo Reverendo João Baptista, se não me falha a memória (e tenho-me deliciado com a sua maneira de comunicar); falaram-me das maravilhas do jovem padre do Tarrafal; e garantiram-me que o Padre Angelino, da paróquia de Nossa Senhora da Graça, afinal, tem muito para dar. E quantos jovens padres e diáconos receberam o Sacramento da Ordem nos últimos 05 anos? E a ideia de Dom Arlindo a respeito dos Diáconos casados? Maravilha!!!

Com um Bispo tão jovem como Dom Arlindo, com o rejuvenescimento do quadro dos sacerdotes e pastores, com o recurso a diáconos «laicos», as Igrejas estão em condições de virem em ajuda dos respectivos rebanhos. Que estão precisando mais do que nunca dos seus pastores. E ou muito me engano ou a Igreja é a única salvação com que os nossos jovens podem contar.

Eu sempre defendi que as Igrejas se devem interessar pelo que se passa no país, que devem ajudar os seus fiéis a evitar que sejam levados na curva pelos mercadores de promessas, que não devem se alhear da política. Mas entendo, também, que não devem tomar partido, que não devem participar da luta pelo poder, que não devem mancomunar-se

com a situação, nem fazer oposição política. O posicionamento incondicional ao lado do rebanho, a busca de soluções para o rebanho, a superação espiritual e cultural do rebanho e a própria salvação do rebanho, pelo tempo que consomem, deixam os pastores com a água pelas barbas. Duvido que lhes sobrasse tempo para a luta pelo poder político. A não ser que descurassem o rebanho...

Eu desejo (e conheço um monte de gente com o mesmo desejo) que os pastores se voltem para o seu rebanho. Eu rogo ao rebanho que se esqueça dos deslizos de um passado recente em que alguns pastores, no afã de libertarem as suas ovelhas, se meteram em campanhas políticas (passou, acabou... *finito*). Eu imploro aos jovens pastores (não importa que credo professem) que se unam no projecto de recuperação e salvação dos cordeiros do seu rebanho. **«Ainda tenho outras ovelhas que não são deste aprisco; também me convém agregar estas, e elas ouvirão a minha voz, e haverá um rebanho e um Pastor»** (*João 10:16*) – é como nós, integrantes desta sociedade, gostaríamos que pensassem os pastores das diversas confissões religiosas.

A sociedade não pode continuar dividida como está. Há demasiados problemas cuja solução clama pela união dos cidadãos e que ficam adiados *ad aeternum*, porque a camisa de força dos partidos políticos impede que os militantes enverguem, vez por outra, a camisola da cidadania. As drogas, as DST, o álcool e as quadrilhas mantêm a nossa juventude sitiada, com péssimas perspectivas de futuro. Os pais - trabalhando ambos fora de casa, para garantirem o pão e a escola dos filhos - vêem-se impotentes diante da força dos sitiantes. Diante disso tudo, o sinal de esperança por que se espera é o som da trombeta anunciando a carga da cavalaria dos pastores do rebanho de Deus, vindo em salvação dos cordeiros de Deus. Que se nos aniquilarem hoje os cordeiros... de onde virão os carneiros e as ovelhas de amanhã? Quem governará este país? Recorreremos, novamente, aos portugueses? Ou será a algum canadiano?

Pela reunião do rebanho e pela salvação dos cordeiros, Pastores de todo o país, UNI-VOS! Velhos, novos e renovados pastores, acendei a candeia e alumiai o vosso rebanho.

Mexam-se, enquanto é tempo. Mas mexam-se. Se não for por nós, que seja pelo claro aviso do SENHOR:

«Ai do pastor inútil, que abandona o rebanho! A espada cairá sobre o seu braço e sobre o seu olho direito; e o seu braço completamente se secará, e o seu olho direito completamente se escurecerá.» *Zacarias (11:17)*

A verdade, MEU BOM PASTOR, é que nós estamos precisando dos pastores - a quem, um dia, nos confiastes - como do pão para a boca. ALELUIA!



ANTÓNIO LUDJERO CORREIA

“
Outro dia, deram-me conta do Reverendo Adérito Ferreira (da Igreja do Nazareno) com um pastor da Igreja dos Adventistas do Sétimo Dia e um sacerdote Católico, vindo da Cidade Velha dentro de uma mesma viatura, em amena cavaqueira. Não é bonito isso?
”

Sexta-feira, 25 de Janeiro de 2008

Asemana

Opinião

BRAVA

O presidente da Câmara da Brava denuncia que esta ilha está sendo penalizada não só por factores estruturais como também por problemas conjunturais, que têm a ver com o não crescimento do Fundo de Desenvolvimento Municipal desde o ano de 2005. Por isso, Camilo Gonçalves defende que o governo não só deve intervir no sentido de alterar a fórmula de cálculo do FDM, como também contribuir para resolver os prejuízos de mais de 30 mil contos provocados pelos tremores de terra de 2006 e pelas chuvas de Setembro de 2007. Mais: o executivo deve assinar, o mais rapidamente possível, os contratos programa das obras em curso, agora suspensos por causa das novas exigências do OGE para 2008.



Câmara reivindica mais recursos para a ilha

O edil da Brava diz que o Estado deve transferir mais recursos para financiar o desenvolvimento da sua ilha. É que, segundo Camilo Gonçalves, o Fundo de Desenvolvimento Municipal, estimado em 46.388 mil contos, mantém um crescimento zero desde 2005.

Este problema conjuntural está, na perspectiva do autarca, a penalizar o seu município, que ainda tem que lutar com problemas estruturais existentes, derivados sobretudo do seu isolamento, porque a Brava continua sem ligação marítima-aérea regular com o resto do país.

“O Fundo de Desenvolvimento da Brava não conheceu nenhum aumento desde 2005. A Brava é o único município cujo FDM, ao contrário do que acontece com os restantes concelhos do país, não conseguiu nem um tostão a mais neste ano de 2008”, critica o autarca.

O presidente da CMB analisa que, até 2000, o peso da solidariedade tinha, entre outros factores de ponderação, um peso forte na fórmula de cálculo dos fundos

a serem disponibilizados pelo Estado às autarquias. “Esta variável ficou agora diluída no meio dos outros factores. E se porventura tivesse havido até 2000 alguma injustiça na distribuição dos fundos públicos, acho que não é de uma só vez que se vai resolver essa injustiça”, comenta.

O entrevistado deste jornal lembra ainda que enquanto recebe desde 2005 um FDM no valor de 46.388 contos, o custo de vida tem, desde então, aumentado de forma considerável no país quanto mais não seja provocado principalmente pela subida dos preços de combustíveis e outros factores de produção. E ainda mais na Brava, onde tudo, devido ao seu isolamento, fica muito mais caro que no resto do país.

Diante desse quadro, Camilo pergunta como é que a edilidade tem condições para aumentar o salário dos funcionários e trabalhadores das frentes e suportar as despesas de financiamento que advêm dos investimentos feitos em jardins, centros comunitários, biblioteca municipal, Cyber-Cafés, protecção civil, unidade de

fabrico de gelo, aquisição de viaturas e outros equipamentos.

“Se fôssemos uma empresa, a edilidade já tinha fechado as portas. A Praia precisa urgentemente de manter na sua agenda as outras ilhas, Brava em particular. O governo precisa de fazer uma análise da realidade sócio-económica de cada ilha e mobilizar outras modalidades de financiamento para os municípios”, defende o responsável máximo da administração autárquica nas terras de Eugénio Tavares.

A par deste problema conjuntural, a mesma fonte avança que a Brava está sendo afectada por algumas imposições do novo Orçamento do Estado, segundo as quais os contratos-programa que não foram concluídos até Dezembro de 2007, serão objecto de novos contratos. “Vamos ter que suspender as frentes, caso os cerca de 100 trabalhadores chefes de família recusarem trabalhar sem receber o seu salário neste mês de Janeiro, já que sem a assinatura de um novo contrato não vamos

ter dinheiro para lhes pagar”, lamenta Camilo Gonçalves.

O autarca salienta, por outro lado, o facto de o Estado não ter ainda contribuído para minimizar os prejuízos avaliados em cerca de 30 mil contos, provocados pelos tremores de terra de 2007 e as chuvas de Setembro de 2006. É que, além das várias casas que ficaram em ruína, muitas das estradas, em algumas das quais é o Estado que tem responsabilidades na sua manutenção, estão praticamente intransitáveis.

Face ao quadro acima descrito, Camilo Gonçalves apela ao governo no sentido de envidar esforços para assinar, o mais rapidamente possível, os contratos-programa com a Câmara da Brava. Igualmente alterar a fórmula que calcula o Fundo de Desenvolvimento Municipal em vigor e compensar a ilha pelos prejuízos causados quer pelas chuvas do ano passado quer pelos tremores de terra que ocorreram em 2006 são outras reivindicações que trazem o selo de urgência.

Alirio Dias de Pina

Obras arrancam em Fevereiro



ESTRADA ÓRGÃOS - PEDRA BADEJO

O Millennium Challenge Account - Cabo Verde (MCA-CV) já preencheu todas as condições requeridas no compact assinado com o Millennium Challenge Corporation (MCC) para iniciar as obras de reabilitação da estrada Órgãos - Pedra Badejo, em Santiago. A apresentação pública do projecto está prevista para os primeiros dias de Fevereiro.

De acordo com informações conseguidas junto do MCA-CV, neste momento está-se a implementar o processo de compensação financeira aos proprietários dos terrenos por onde a estrada irá passar. Antes, mais precisamente no dia 15 de Janeiro, o MCA-CV assinou um contrato de compra e venda com a Diocese de Santiago, que visa a cedência dos terrenos que serão anexados a esta infra-estrutura importante para o interior de Santiago.

Fontes do MCA-CV explicam que o processo de legalização dos terrenos, que permite arrancar com a estrada, decorre sem sobressaltos, estan-

do aquele organismo a aguardar a apresentação de títulos de propriedade por parte de alguns proprietários para lhes poder pagar pelo terreno a ser ocupado por essa via.

Enquanto isso, o MCA-CV já pagou as indemnizações aos trabalhadores agrícolas, ou seja os rendeiros, cujas culturas poderão ser danificadas por causa dos trabalhos da estrada, que tem 10 quilómetros de calcetamento com paralelepípedo, vai ser drenada e sinalizada e está orçada em 260 mil contos.

Para além desta obra, está ainda prevista a reabilitação de mais quatro estradas em Santiago: Cruz Grande - Calhetona (14 km), Volta Monte - Ribeira da Prata (15 km), Assomada - Porto Rincão (16 km) e Fonte Lima - João Bernardo/Librão (8 km). Em Santo Antão, serão construídas quatro pontes, sendo duas em Ribeira Grande e outras duas na Vila das Pombas (Paúl).

Constância de Pina

Praia vai ter novo mercado

Praia vai ter um novo mercado ainda este ano. A verba para a construção desta infraestrutura – cerca de 174 mil contos – já faz parte do orçamento municipal para 2008. Apesar de não haver ainda local definido para o novo espaço, o administrador delegado do Serviço Público de Abastecimento do Município da Praia (SEPAMP) adianta que o mercado do Platô tem os dias contados.

De acordo com Óscar Rodrigues, após a construção do aeroporto da Praia, a Câmara Municipal pensou e sugeriu a criação de um novo mercado na capital, porquanto o mercado actual do Platô já não dar vazão à grande demanda, mobilidade de pessoas e bens que vem impulsionando o crescimento económico da Praia.

O administrador delegado do SEPAMP avançou ainda a este periódico que a verba já está incluída no orçamento municipal para 2008, 174 mil contos. Embora não esteja ainda definido o local onde a nova infra-estrutura deverá situar-se, o certo é que, segundo declarações anteriores do edil, Felisberto Vieira, deve localizar-se na parte baixa da cidade. Muitos apontam a zona do Paiol, nas imediações do Templo Maior, como uma zona possível. “*Espera-se que até Julho do ano em curso as obras possam arrancar*”.

Para Óscar Rodrigues, a construção de um novo mercado não só irá responder às novas necessidades mas também seria a melhor alternativa para os vendedores informais que, ilegalmente, continuam a vender nos passeios à volta dos mercados. “*Há necessidade de se criar uma nova estratégia para se tirar essas pessoas das ruas e passeios do centro da cidade, e isso passa pela criação de um novo local de venda. É que enquanto não houver uma resposta eficaz a nível do emprego os mesmos vão continuar a desafiar as autoridades fazendo concorrência desleal aos que estão dentro dos mercados*”, explica.

Quanto ao destino a dar o mercado do Platô, o nosso interlocutor disse que o mesmo será transformado num Centro de Cultura e de lazer, mas o de Sucupira continuará a funcionar normalmente.

Sobre as rusgas que vinham sendo dirigidas aos ilegais, Óscar Rodrigues informou que durante a época das festas as autoridades abriram uma excepção dando uma trégua aos vendedores de rua, isso num gesto de solidariedade natalícia, mas, garante que vão continuar brevemente.

Falando dos mercados periféricos, o administrador sublinhou que aí a taxa de ocupação é muito baixa, os próprios compradores não lhe dão o devido uso. E é talvez por isso que preferem vender nos passeios ou vaguear pelas ruas como forma de fazer render mais as suas vendas.

Segundo o responsável do SEPAMP, a partir de Fevereiro próximo alguns mercados como o do Paiol serão revitalizados, depois do seu presente estado de degradação ter levado ao seu encerramento. As obras de beneficiação previstas para Janeiro, irão também incluir o mercado da Terra Branca, Achadinha entre outros não mencionados.

“*Nessa altura os vendedores serão submetidos a uma formação, para aprenderem as regras de funcionamento dos mercados, a disciplina no local além de incentiva-los a utilizar e ocupar os espaços onde devem estar e que lhes são destinados. Não a rua*”, conclui.

Edgar Jorge



Sexta-feira, 25 de Janeiro de 2008

Asemana

SANTO ANTÃO

Arranca o estudo para o novo aeroporto



O governo já assinou o contrato com o grupo de consultores portugueses que vão realizar os estudos preliminares para a construção do novo aeroporto em Santo Antão. O dossier, incluindo a localização e o projecto da execução da obra, deve ficar concluído até finais deste ano.

A ilha das montanhas vai ter o seu novo aeroporto. É que o governo já adjudicou a um grupo de consultores portugueses os estudos preliminares que devem determinar onde será construída a novel infra-estrutura.

Este jornal está em condições de avançar que o grupo luso, cujo nome as autoridades nacionais escusam-se a revelar neste momento, encontra-se já em contacto com responsáveis e técnicos da Empresa de Segurança Aérea (ASA). Tudo com o propósito de recolher o máximo de elementos possíveis que possam aliar as condições naturais às normas internacionais de segurança aérea para recomendar a localização do aeroporto de Santo Antão.

O ministro das Infra-estruturas e Transportes confirmou ao A Semana que os consultores portugueses já começaram a trabalhar nesse sentido e que devem entregar o estudo dentro de alguns meses. Manuel Inocêncio Sousa explicou que este grupo de peritos vai, numa primeira fase, apresentar quer uma proposta de localização quer os estudos preliminares para o novo aeroporto.

Inocêncio Sousa adianta ainda que os consultores deverão, na fase seguinte, possivelmente antes do final do próximo ano, preparar o dossier de

concurso para a adjudicação da obra, incluindo a sua “*entrega*” chave na mão”. “*Isto significa que o adjudicar responsável pelo desenvolvimento do estudo será, ao mesmo tempo, o realizador da obra*”, esclarece o entrevistado deste jornal.

Para os responsáveis, é escusado comentar a importância que este projecto representa para Santo Antão. O mesmo está sendo aguardado com alguma expectativa entre os santantonenses, que estão, desde há já alguns anos, sem qualquer ligação aérea. É que, devido à sua pequenez e falta de condições naturais para a sua expansão, o Aeródromo da Ponta do Sal foi encerrado, tendo a TACV deixado de usar esta pista, por falta de aparelho apropriado para ali aterrar com segurança.

Diante de tudo isso, é opinião generalizada na ilha de que o novo aeroporto deve ser construído no concelho do Porto Novo, por duas razões principais: este concelho dispõe de muitos espaços para albergar a futura infra-estrutura aeroportuária e é nele que está a mover cidade, cujo crescimento está a ter impacto positivo no desenvolvimento sócio-económico de toda a ilha.

Questionado sobre este particular, o titular da pasta das Infra-estruturas e Transportes é cauteloso: afirma que se deve esperar pelos resultados dos estudos, que certamente vão ter em consideração todos os cenários possíveis quanto à localização, ao tamanho e aos custos do futuro aeroporto a ser construído na ilha das montanhas.

ADP

Correio das Ilhas

A escolha de um novo secretário-geral, em substituição de Mário Matos, é um dos principais pontos na agenda da reunião ordinária do conselho Nacional do PAICV, que vai ter lugar nos dias 26 e 27 deste mês, na Praia. As estruturas concelhias esperam que a escolha recaia numa figura com peso e autoridade política no sistema tamarina, capaz de redinamizar a organização nesta fase pré-eleitoral para as autárquicas e servir de tampão ao líder do partido e chefe do governo, José Maria Neves. Manuel Inocêncio Sousa, Basílio Ramos e Cristina Fontes Lima, todos ministros e membros do CN, são os preferidos das bases.



CANDIDATOS A SECRETÁRIO-GERAL

Os preferidos das bases do PACIV

O Conselho Nacional do PAICV reúne este fim de semana nos dias 26 e 27 deste mês, na Capital, para analisar a situação política nacional e a vida interna da organização. A eleição de um novo secretário-geral, em substituição de Mário Matos, é o ponto que está a mobilizar todas as atenções dos membros daquele órgão máximo dos tamarinas.

Entre dirigentes e militantes é perceptível movimentação em torno desta matéria, mas até ao fecho desta edição pouco se sabia sobre a proposta concreta que José Maria Neves irá submeter à apreciação do CN, consultando antes a Comissão Política Nacional.

Seja como for, é entendimento de altos dirigentes contactados por este jornal que o novo secretário-geral deve ser uma figura de peso no sistema tamarina. "De preferência deve ser um dirigente que tenha autoridade dentro do partido e no governo e que conheça a casa, à semelhança do que aconteceu com o ministro português, Jorge Coelho, no governo de PS liderado por António Guterres", defende um alto responsável que pediu anonimato.

O defensor desta tese aponta, de entre outros candidáveis com esse perfil, os nomes de Manuel Inocêncio Sousa, Basílio Mosso Ramos e Cristina Fontes Lima. É que, conforme a mesma fonte, os dois primeiros são ministros do Estado e vice-presidentes do partido, com influência política forte, dentro e fora da organização, e reconhecida pela maioria dos militantes. A Cristina é, na perspectiva do mesmo entrevistado, uma mulher de competência já reconhecida e que se tem destacado enquanto governante e membro da DN do partido.

Mas há quem levante uma outra questão: como conciliar as tarefas do secretário-geral com a do ministro, caso a escolha venha recair num desses governantes. Sobre este particular, a fonte deste jornal sustenta que o SG deve ocupar das questões políticas mais relevantes e ser dotado de um adjunto, que ocupar-se-á, no dia-a-dia, de aspectos ligados à organização, administração financeira e acompanhamento das estruturas. Aqui surgem como potenciais candidatos os nomes de Eduardo Monteiro e Armindo Maurício, avançados na edição anterior

deste jornal. Só que Maurício descarta por ora essa possibilidade, diz que não é, por razões pessoais e devido à sua ocupação enquanto deputado da nação, candidato a cargo algum.

Eduardo Monteiro e Armindo Maurício são também apontados, dentro do parlamento, como possíveis alternativas ao lugar vago deixado por Mário Matos. O nome do antigo ministro Júlio Correia, agora proposto para o cargo de 1º vice-presidente da mesa da AN, é igualmente avançado, por alguns sectores tamarinas, como um dirigente à altura para o cargo de SG. "Mas contra Júlio Correia joga o facto de ter abandonado o executivo de José Maria Neves, num momento em que o dossier autárquico exigia uma forte coesão da equipa governamental", comenta um deputado e membro do CN.

Uma outra corrente dentro do PAICV defende que a solução para o novo secretário-geral pode ser encontrada fora do aparelho governamental e parlamento. Os defensores dessa ideia querem alguém que possa dedicar-se exclusivamente ao partido, que "parece estar abandonado à sua sorte". E Silvano Manuel

da Luz, um dos históricos e até há bem pouco tempo Embaixador de Cabo Verde em Angola, é referenciado, sobretudo em S. Vicente e na Praia, como o S.G. e ideal, porque tem peso político e fortes relações internacionais para o cargo em apreço. Mas da Luz encontra, conforme o apurado por este jornal, alguma resistência, junto dos renovadores.

Algumas regiões políticas importantes como Praia e São Vicente, dizem, no entanto, dar carta branca ao presidente, José Maria Neves, para apresentar o candidato ao SG que achar melhor na próxima reunião do Conselho Nacional. O importante, na perspectiva dessas estruturas, é que o novo secretário-geral tenha uma visão estratégica, seja um dinamizador das estruturas, conheça bem a casa e continue o trabalho iniciado por Mário Matos e sua equipa.

Esta reunião do CN deste fim de mês deverá, por outro lado, analisar a situação política nacional, apreciar o processo preparatório das eleições autárquicas de Maio deste ano e discutir vários aspectos relacionados com a vida interna da organização tamarina.

Alírio Dias de Pina

MpD marca convenção autárquica



João Medina

O MpD realiza de 7 a 8 de Março, na Praia, a sua Convenção Autárquica 2008. O evento terá como objectivo principal debater e consensualizar a plataforma autárquica para as eleições municipais de Maio deste ano, definindo assim os princípios que nortearão a campanha eleitoral da oposição.

O coordenador da comissão preparatória da Convenção Autárquica, João Medina anuncia que o encontro contará com a participação de dirigentes nacionais, os cabeça-de-lista do partido às autárquicas de Maio, os deputados da nação, os presidentes das comissões políticas regionais, militantes e amigos, os eleitos municipais cessantes e demais integrantes das

listas ao pleito eleitoral de Maio deste ano.

João Medina avança que a Convenção Autárquica está sendo aguardada com "expectativa positiva" entre os ventoinhas e não só, já que tem sido uma prática do seu partido apresentar um "programa credível" às eleições municipais. "Pretendemos discutir durante a Convenção Autárquica 2008, os princípios que nortearão a campanha eleitoral em si, mas sobretudo debater e aprovar de forma harmoniosa, ouvindo as opiniões dos candidatos já perfilados para as Câmaras e Assembleias municipais, temas que deverão ser consensualizados e absorvidos pelas candidaturas e que integrarão a Plataforma Autárquica do MpD às próximas eleições municipais".

O político assegura que a meta da oposição "é ganhar, nas próximas autárquicas, mais de metade das câmaras municipais, isto é, pelo menos 12 das 22 Câmaras e não 11, como estipula o PAICV". E mais, para Djone Djini, "seria uma grande satisfação o MpD ganhar uma das câmaras dos cinco municípios recém-criados, onde o PAICV tem, através dos presidentes das Comissões Instaladoras, autênticos delegados do governo".

Jorge Nogueira concorre à Câmara de São Filipe

Entretanto, o deputado Jorge Nogueira é, pela terceira vez consecutiva, escolhido como o candidato do MpD à Câmara de S. Filipe nas eleições autárquicas de Maio de 2008. Por escolher falta ainda o cabeça-de-lista à AM, que pode ser Rui Évora, ex-governador civil da região

Fogo e Brava, ou uma outra figura da área do MpD. O coordenador concelhio do partido em S. Filipe, Fausto do Rosário, assegura que a apresentação pública dos candidatos do MpD para o Fogo só acontecerá no próximo mês de Fevereiro.

Rosário perspectiva que a candidatura do seu partido à Câmara de São Filipe é para ganhar, já que "S. Filipe precisa de ser gerido de forma mais competente". Tudo, segundo ele, no sentido de se aproveitar as enormes potencialidades existentes e todas as iniciativas que partem da sociedade civil em prol do desenvolvimento desse concelho da ilha do Fogo. "É que o município de São Filipe tem sido gerido de forma paternalista, o que tem coartado a iniciativa privada dos cidadãos no concelho", critica o entrevistado deste jornal.

Jorge Nogueira, o escolhido como candidato do MpD à Câmara de S. Filipe, surge em várias sondagens divulgadas recentemente em segundo lugar, depois do edil Eugénio Veiga. Sobre este particular, Fausto do Rosário diz estar despreocupado com as guerras das sondagens. "A última sondagem publicada (realizada por apoiantes de Eugénio Veiga) provocou, por falta de credibilidade, gargalhadas no Fogo. Quem está na ilha sabe que a última sessão da AM de S. Filipe, onde foi chumbado o orçamento municipal para 2008, mostra claramente que o edil Eugénio Veiga está a perder terreno, quer no interior do PAICV onde já provocou uma cisão, quer junto da sociedade civil, em geral", conclui o chefe da oposição em São Filipe.

ADP

O MpD fecha amanhã, 26, o acordo de apoio à recandidatura do GIMDS, grupo independente liderado por Jorge Figueiredo, nas autárquicas de Maio na ilha do Sal. Uma decisão que parece não colher o consenso de todos os sectores daquele partido. Sabendo disso, e sabendo também das resistências em torno da recandidatura de Isaura Gomes, o líder ventoinha avisa que quaisquer candidaturas que surgirem contra esses dois concorrentes serão encaradas como “*projectos adversários do MpD*”.



Jorge Santos avisa: “Qualquer alternativa a Figueiredo e Isaura é adversária do MpD”

O acordo entre o MpD e o GIMS, a ser rubricados pelos respectivos líderes, Jorge Santos e Jorge Figueiredo, e ainda pelo coordenador dos ventoinhas na ilha do Sal, Sabino Baptista, é assinado amanhã. Com isso, Santos espera pôr fim ao mal-estar e rumores surgidos dentro do próprio MpD que dão conta da busca de alternativas a Figueiredo e ao GIMS.

O problema, ao que **A Semana** apurou, ronda sobretudo em torno da lista que deve ser liderada por JF. É que muitos ventoinhas do Sal, particularmente os que gravitam à volta da família Lélis, reivindicam lugares cimeiros na lista para os órgãos autárquicos por não concordarem com a actual gestão da CMS.

Os críticos de JF acusam-no também de ser contra os empresários locais, de que são exemplos a proibição da apanha de areia na ilha, o embargo ao projecto de Pedra de Lume e outras obras propostas pelo grupo Stefanina. Mais, acusam-no também de querer vender terrenos do Estado, para aumentar as receitas municipais, que não consegue junto das empresas sediadas no Sal por falta de “*tacto político*”. Aliás as nossas fontes apontam que o Plano de Expansão da Vila de Santa Maria, para zonas integradas na ZDTI, foi chumbado na última sessão da Assembleia Municipal.

Mas o problema não se coloca apenas ao Sal. Ontem, durante uma conferência de imprensa, na Praia, Jorge Santos referiu-se

ao tema, sublinhando a necessidade de o MpD continuar a apostar na actual equipa de Isaura Gomes, dado “*o excelente trabalho que vem desenvolvendo a favor dos são-ventinos*”. E, juntando os dois casos, o líder ventoinha acabou por avisar que “*quer num como noutra caso*” quaisquer candidaturas independentes que venham a surgir serão sempre encarados como “*projectos adversários do MpD*”.

A este jornal Jorge Santos explicou que o apoio a Jorge Figueiredo é para ganhar a CMS, fazer crescer o partido na ilha e eleger, nas próximas legislativas, os dois deputados da nação que representam a ilha. O líder da oposição diz que não há crise nenhuma no partido em torno deste dossier. “*Há uma*

grande adesão à volta da candidatura do GIMDS. O MpD não iria apoiar nenhuma candidatura sem o efectivo apoio dos militantes da respectiva região política”, garante JS, para quem os militantes e os salenses próximos ao MpD ocuparão lugares cimeiros na lista do GIMDS às próximas eleições autárquicas.

Referindo-se às críticas segundo as quais o edil salense e os empresários estão de costas voltadas, JS contrapõe que Figueiredo concorda com os princípios e valores que o MpD defende, enquanto partido de centro-direita, que está próximo dos empresários, mas que advoga um equilíbrio entre os interesses destes, os públicos e os municipais. ADP

Sexta-feira, 25 de Janeiro de 2008

Asemana

Correio das Ilhas

Ulisses Silva apresenta-se “com Praia no coração” e distancia-se do MpD



Ulisses Correia e Silva, tido actualmente como segunda figura do MpD, apresenta-se logo mais, no largo da Várzea, em comício, como candidato à Câmara da Praia. No ano em que a capital completa 150 anos e elege em Maio os seus novos órgãos do poder local, aquele candidato promete: “*Nestas eleições, o meu partido é a Praia que tenho no coração*”. A afirmação, ao que parece, não é inocente. Correia e Silva quer, com ela, conquistar o “*centro*” do eleitorado.

Ulisses Correia e Silva dá hoje o seu pontapé de saída na corrida à Câmara Municipal da Praia, com um “*grande comício*”, informa a organização da sua campanha. Dentre outras actividades de animação, um grupo de batucadeiras vai dar o ritmo a este comício que começará a partir das 18 horas.

O “*meeting*” de Ulisses Correia e Silva terá como cenário o largo defronte ao Estádio da Várzea, um espaço normalmente associado aos comícios dos tamarinas, e contará com discursos do presidente do MpD, Jorge Santos, e do mandatário daquele candidato, Eurico Monteiro, antigo líder do PCD.

Segundo o Liberal, “*esta poderá ser a última vez que, durante a campanha, haverá clara identificação entre o candidato e o MpD*”, devendo depois disso “*o discurso de Ulisses começar a distanciar-se de modo a fazer-se abrangente, abrindo-se ao espaço político independente e às franjas paicvistas claramente descontentes e críticas do que tem sido a controversa gestão de Felisberto Vieira (Filu) na Câmara da capital*”.

Na verdade, tal intenção começou por ser apresentada no panfleto distribuído no passado fim-de-semana nas ruas da capital, e divulgado por asemanaonline. Evocando os 150 anos da cidade, Correia e Silva critica a “*falta de vontade política*”, que, segundo ele,

foi existindo ao longo dos tempos, para resolver os problemas estruturais daquela que acabou por ser a capital da República de Cabo Verde. E na mira de romper com essa prática, enquanto candidato, promete desde já: “*Nestas eleições o meu partido é a Praia que tenho no coração*”.

Isto porque a Praia e os praienses “*merecem muito mais e melhor*”, até porque “*todos nós, cabo-verdianos, temos direito à capital de que nos orgulhamos*”. E isso passa na óptica de Ulisses Silva, por um melhor saneamento, menos construções clandestinas, mais luz, mais água, menos lixo, etc.

Esboçado o distanciamento partidário, Correia e Silva retoma o assunto do “*seu partido, Praia*” numa outra folha distribuída esta semana. Aqui explica que tendo consigo o “*declarado*” apoio do seu partido, MpD, nesta caminhada “*estão muitas pessoas de diferentes posicionamentos partidários e quadrantes ideológicos e os sem partido*”... E que nesta campanha, e futuramente na CMP, ele, Ulisses, apenas será “*militante de um enorme e multifacetado partido – a Praia*”.

E mais, depois de piscar o olho aos naturais do interior de Santiago, de Santo Antão, S. Vicente e outras ilhas, conclui: “*O partido da Praia, o nosso partido, não discrimina – a todos acolhe e ouve, de todos aceita a cooperação*”.

Em suma, “*com Praia no coração*”, e sendo o coração o símbolo do amor, que ninguém estranhe se em maré de “*distanciamento*” em relação ao MpD, Ulisses Correia e Silva surgiu embalado nesta campanha pelo “*Morango do Nordeste*”, hino de José Maria Neves e do PAICV desde 2001. O amor, decididamente, assentou arraiais em Cabo Verde. Pode até ser que Ulisses Correia e Silva passe, também ele, a declamar poemas.

PAICV já tem cabeça-de-lista à AM de Tarrafal de S.Nicolau

Emanuel Spencer é o cabeça-de-lista do PAICV à Assembleia Municipal do Tarrafal de S.Nicolau nas eleições de Maio deste ano. A escolha aconteceu por votação secreta, numa das últimas reuniões do Conselho de Sector de partido.

Este jornal apurou que, dos sete membros da direcção local, elegem Emanuel Spencer com cinco votos a favor, enquanto o seu concorrente, Manuel Fernandes, deputado da nação, só conseguiu um voto. Esta decisão do Conselho do Sector deverá, no entanto, ser validada pela Comissão Política Nacional.

Emanuel Spencer é engenheiro informático de profissão e lecciona no Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, no Mindelo, e deverá, juntamente com o presidente da CI, António Soares, formar a dupla do PAICV que vai defrontar José Feitas, do MpD, nas municipais de 2008.

A eleição do cabeça-de-lista dos tambarinas à AM do Tarrafal aconteceu na ausência dos dois candidatos: Manuel Fernandes, deputado e enfermeiro de profissão, se encontrava em visita particular nos EUA e Emanuel Spencer que estava no Mindelo, onde reside actualmente.

O líder local, António Gomes Soares, confirmou que o Conselho do Sector já escolheu o cabeça-de-lista à Assembleia Municipal, mas diz que só vai tornar pública tal decisão depois dela ser homologada pelas estruturas centrais do PAICV.

ADP

AUTÁRQUICAS EM SANTO ANTÃO

MpD aposta em vereadores para concorrer à AM



Octávio Tolentino e Aníbal Fonseca são os prováveis candidatos do MpD para concorrer à presidência das assembleias municipais do Paul e do Porto Novo, respectivamente. Ambos desempenham funções de vereador nestes municípios e tudo aponta para que troquem o órgão executivo pelo legislativo nas próximas eleições autárquicas.

O paulense Octávio Tolentino, formado em administração, foi em tempos referenciado como um dos aspirantes à presidência da Câmara do Paul pelo MpD. O partido não esteve, contudo, para meias medidas e cedo anunciou o nome do jurista António Aleixo para disputar a vaga até ao momento ocupada por Américo Silva.

Alimentada desde as autárquicas anteriores, a aspiração de Tolentino de liderar a equipa camarária gorou-se uma vez mais, porém fontes do MpD garantem que "*ele, Octávio, é o mais cotado para comandar a lista do partido concorrente à Assembleia Municipal*". Embora ressalve outra fonte que se fala também da deputada pelo círculo eleitoral do Paul, Orlanda Ferreira.

Num possível despique interno entre os

dois, Tolentino parece reunir mais apoios tanto dos dirigentes ventoinhas locais como dos nacionais. Há quem assegure que o próprio líder do MpD, Jorge Santos, "*não deve criar nenhum embaraço à possível candidatura do administrador*" que trabalha numa agência bancária na Ribeira Grande.

No concelho do Porto Novo, o economista Aníbal Fonseca parece constituir a aposta do MpD para a AM. Tudo leva a crer que o actual vereador portonovense conta também com o apoio do presidente do partido.

Aníbal Fonseca, que já foi deputado da Nação, ficou conhecido no Porto Novo como uma das pessoas que detectou as dívidas no montante de mais de 120 mil contos deixados pelo executivo de Joel Barros na Câmara local. Foi ele, aliás, quem comandou a equipa que fez a auditoria aos cofres municipais logo assim que Amadeu Cruz venceu as eleições em 2004.

Aquele bancário terá ultrapassado nesta corrida à liderança da lista para a AM nomes como o do actual presidente na Assembleia do Porto Novo, Mário Rodrigues, ou mesmo

do ex-autarca César Almeida. Este último, que tem vindo a colaborar com o MpD na ilha do Sal e é amigo pessoal de Amadeu Cruz, chegou a ser indicado para o referido cargo mas a proposta não terá avançado.

Caso se confirmem essas duas candidaturas, os concorrentes às três autarquias em Santo Antão tanto do MpD como do PAICV, embora não em definitivo, ficam mais clarificados. No Paul, o MpD deve apostar em António Aleixo (CM) e Octávio Tolentino (AM); o PAICV em Vera Almeida (CM) e Ilídio Cruz (AM). Na Ribeira Grande, o PAICV concorre com Leonesa Fortes (CM) e Amadeu Oliveira (AM); o MpD, com Orlando Delgado (CM) e Anísio Rodrigues (AM). No maior concelho da ilha, o ventoinha Amadeu Cruz (CM) repete e Aníbal Fonseca disputa a AM; do lado tambarina, aguarda-se a confirmação de Emitério Ramos (CM) e Carlos Delgado (AM).

Sabe-se, entretanto, que a UCID pretende apresentar candidaturas nos três concelhos de Santo Antão. De resto, António Fernandes deve disputar a Câmara do Porto Novo sob a estampa daquele partido.

Local de residência «atrapalha» recenseamento eleitoral

A inscrição no recenseamento eleitoral tem sido recusada a alguns cidadãos já que a morada que apontam como habitual não é a mesma que consta no bilhete de identidade. Confrontada com o caso, a presidente da CNE, Rosa Vicente, explica que o que prevalece é a palavra do cidadão que tem de dizer onde mora no momento do recenseamento e não a morada que consta no BI.

Vários cidadãos viram nos últimos dias a sua inscrição recusada por, alegadamente, a morada que consta no seu BI não coincidir com o local onde dizem residir. O Instituto Superior de Educação, ISE, na Praia, é um dos lugares onde isso parece acontecer com alguma frequência. Aqui grande número de professores e alunos oriundos de outras ilhas e concelho que não puderam, por causa disso, fazer o seu recenseamento.

Abordada por A Semana, a presidente da CNE, Rosa Vicente, apresentou um documento que esclarece a maioria das dúvidas que têm surgido neste recenseamento eleitoral. Ali pode ler-se que “a CNE considera que a informação ‘morada’ devia resultar do BI, isto é, a morada deveria ser a que consta desse documento e não a da declaração do cidadão no acto de inscrição. Porém, as moradas que constam do BI não estão actualizadas e existe uma grande mobilidade das pessoas, pelo que, atento ao princípio da actualidade do recenseamento, para o novo recenseamento eleitoral geral, neste momento, se optou por aceitar a morada declarada pelo cidadão”.

O documento, que será distribuído

pelas várias CRE’s do país, é peremptório ao notar que tem que haver “coincidência entre o concelho onde o cidadão tem a sua residência habitual e o concelho onde o cidadão está a efectuar o seu recenseamento. Assim, por exemplo, apresentando-se num kit da Praia um cidadão que declara viver em São Domingos deverá ser recusada a sua inscrição, informando que deverá recensear-se em São Domingos”.

Ou seja, se um cidadão disser que vive na Praia mas o seu BI aponta que a sua morada é em Santo Antão, o que deve ser levado em conta é a declaração da pessoa. Mas se o eleitor se quer inscrever na Praia, e tendo no seu BI que mora em Santo Antão, continuando a afirmar que mora naquela mesma ilha, aí o recenseamento é-lhe recusado, sendo que terá que se recensear em Santo Antão e votar no círculo eleitoral do concelho ao qual pertence.

Rosa Vicente explica que esta medida tem dois propósitos. Primeiro, o objectivo é fazer cadernos eleitorais o mais fiáveis possível e depois para evitar a “migração de eleitores”. Aquela responsável diz que “a migração de eleitores entre concelhos pode viciar os resultados das eleições”. E acrescenta: “Se um candidato de um partido estiver ‘adiantado nos votos’ na Praia e um outro candidato desse partido não estiver tão bem na Ribeira Grande de Santiago, por exemplo, migra-se esses votantes. Depois, os que realmente residem nesses concelhos saem prejudicados por interesses partidários”.

Mas a presidente da CNE reconhece que esta entidade tem que “aprofundar a noção de residência habitual, e o que

implica especificamente”. “Estão-nos a colocar problemas, particularmente alguns candidatos, que têm a sua residência num concelho mas que estão a candidatar-se noutra e querem votar em si próprios”, conta Rosa Vicente.

Só que com tanta mobilidade que existe neste país, as residências habituais das pessoas alteram-se frequentemente. Depois do dia 2 de Março, se um cidadão souber que vai mudar de “pousio”, pode sempre reclamar uma alteração nos cadernos eleitorais. Segundo a calendarização do recenseamento, “as reclamações podem ser efectuadas no período de 9 de Março (a partir do qual todos os cadernos já devem estar publicamente expostos) até ao dia 27 do mesmo mês”.

A responsável chama ainda a atenção para outro problema: “As pessoas, depois de inscritas, podem notar um lapso na sua inscrição - como um erro na data de nascimento ou morada - através do verbete que lhe é atribuído, e nesse caso, devem dirigir-se a um kit e efectuar nova inscrição, sendo que, no campo das observações, o operador deve apontar que o cidadão fez uma segunda inscrição e dar-lhe o novo verbete, já corrigido.

Entretanto, prossegue em todo o país o recenseamento geral eleitoral. Além dos locais habituais, os kits têm-se deslocado a vários outros pontos para “arrebatar” os cidadãos ainda não recenseados. A meio desta semana, segundo a DGAPE, já estavam recenseados mais de 107 mil eleitores, o que corresponde a 42,8% da meta estabelecida: 250 mil.

Catarina Abreu

CNE diz-se “incompetente” para ajuizar a guerra dos “outdoors”

A Comissão Nacional de Eleições anunciou esta semana que “não tem competências” para mandar recolocar os “outdoors” afixados na capital pelo MpD, facto que tem provocado acusações daquela força política contra o PAICV, em especial com a Câmara Municipal da Praia.

Segundo a porta-voz da CNE, Maria João Novais, a Comissão reconheceu não ter, neste momento, “competência legal para mandar repor a propaganda política removida, uma vez que os factos alegados tiveram lugar antes da data de publicação do decreto a marcar as eleições”.

A CNE admitiu, todavia, em plenário e por unanimidade dos seus membros, que a liberdade de propaganda política, tenha ela cariz eleitoral, de apelo ao voto, ou qualquer outro propósito político, vigora tanto durante a campanha eleitoral como fora dela. “A diferença reside, apenas, no grau de protecção do exercício das iniciativas”, explica Maria João Novais, ressaltando, no entanto, que o assunto exposto se refere à remoção da propaganda política em período não-eleitoral, antes portanto da data da publicação do decreto que marca as eleições. Portanto, fora da competência da CNE.

Para Novais, os poderes de fiscalização da CNE em matéria de liberdade de propaganda, começam desde o início do processo, e após a marcação de eleições via decreto, o que, nas palavras da porta-voz da Comissão Nacional de Eleições, “ainda não aconteceu”.



LICEU DE PALMAREJO

Professores denunciam “irregularidades”

Um grupo de professores da Escola Secundária do Palmarejo fala de “irregularidades” na gestão desse liceu, acusando a directora Ernestina Veiga de “fraude” e de não obedecer às normas do ensino. O portavoz do grupo, Celso Rodrigues, afirma que a escola “é gerida como se fosse propriedade privada, sem falar na discriminação que existe na instituição”.

Descontentes com a situação reinante na Escola Secundária do Palmarejo, em Outubro passado, um grupo de professores “insatisfeitos” com as “irregularidades” e “discriminação” praticadas pela direcção dirigiu uma exposição ao Ministério da Educação. Numa reunião com os professores, “o Ministério admitiu que as acusações são graves, prometeu tomar algumas medidas, mas até hoje não fez nada”, revela Celso Rodrigues.

Em entrevista ao **A Semana** o professor Rodrigues acusa a directora Ernestina Veiga de “profundo desrespeito” para com os professores, “incompetência técnica e indiferença” perante a lei e normas do ensino. “A confusão instalou-se na escola entre os docentes e a

direcção”, denuncia. “A maioria dos professores discorda da forma como a escola vem sendo gerida. É que a directora, além de discriminar os alunos, usa a escola para benefício próprio, e para favorecer familiares e amigos”, aponta o dedo.

Segundo Rodrigues, “a desordem que começou com a antiga direcção (depois de muitas denúncias a ex-directora foi substituída) agora continua com a então subdirectora, e seu braço direito. A direcção altera as decisões do Conselho de Turma para favorecer um determinado aluno – no caso, filho da ex-directora – cujo processo (disciplinar) foi arrastado intencionalmente até ao final do período para o aluno não cumprir os três dias de suspensão decretados pelo Conselho Disciplinar”, conta um outro professor que não quis se identificar.

A principal irregularidade apontada pelo grupo prende-se com alterações à nota atribuída, sem aviso prévio ou consulta ao professor da disciplina, anomalias diversas na prova geral interna, privilégios à turma dos filhos e filhos dos amigos enquanto para os demais

alunos resta uma discriminação gritante por parte da direcção.

Os professores reclamam ainda de não poderem usar salas para fazer reuniões, de não poderem usar o computador nem a Internet da escola, pura e simplesmente porque a directora Ernestina Veiga não deixa. E “enquanto isso os educandos da ex-directora e da actual podem usar e abusar deste benefício à hora que quiserem”.

De acordo com o grupo, o clima de perseguição se instalou no Liceu de Palmarejo. “Aqueles que se mostram contra estas ‘irregularidades’ são agora perseguidos pela direcção. Os que não cederam aos caprichos da direcção de beneficiar alguns alunos, em detrimento de outros, são olhados de lado alvo de piadinhas”, enumera Celso Rodrigues.

Mais diz o grupo, para mostrar que tem autoridade, a direcção ameaça os professores com represálias que chegam “nas mais diversas e inimagináveis formas. Desde a distribuição pouco criteriosa de horários, nalguns casos não se coibindo de prejudicar os próprios alunos, até à recusa em aceitar a

justificação de faltas, mesmo com documentos médicos, conta aquele representante”.

A **Semana** confrontou a directora do Liceu de Palmarejo, Ernestina Veiga, com as acusações dos professores em referência, mas esta alega que as acusações não têm fundamento: “Se houver alguma irregularidade, o processo já está na MEES. Cabe agora a esta instituição decidir”, afirma Veiga antes de atirar: “São um grupo de desocupados que estão a fazer de tudo para acabar com a minha gestão, mas para me derrubar vai custar muito”.

A directora-geral do Ensino, Cláudia Silva, disse que o Secretário de Estado da Educação já se reuniu com os professores e com a direcção da escola mas, por enquanto, é um assunto que deve ser resolvido internamente. “A denúncia já está a ser analisada pelo ME. Caso não cheguem – docentes e direcção – a um consenso, a inspecção-geral da educação vai ter que intervir e a partir daí tomar uma decisão”, conclui Silva.

Jacqueline Pereira

SÃO FILIPE

Violência doméstica preocupa



O diagnóstico realizado pelo gabinete de aconselhamento às vítimas de violência doméstica, “Vidactiva”, em São Filipe, revela que, num universo de 30 mulheres dos bairros da Achada de São Filipe, Congresso e Beltches, 57 por cento dizem ter sido vítimas de violência doméstica. O estudo revela ainda que 43% dessas mulheres são agredidas diariamente.

Segundo estes dados uma em cada duas mulheres da cidade de São Filipe é vítima de violência doméstica. A apresentação dos resultados aconteceu na última sexta-feira, na sala de reuniões da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Para Lia Medina, socióloga e apresentadora do estudo, também membro do gabinete de aconselhamento às vítimas de violência doméstica “Vidactiva”, os números apresentados mostram uma realidade preocupante.

A amostra é constituída por 30 mulheres, com idades compreendidas entre os 19 e os 45 anos, sendo 30 a idade média. A grande maioria das participantes no inquérito são mulheres solteiras ou a viverem em situação de união de

facto (cerca de 86%) enquanto 10% são casadas, conforme o estudo.

A agressão física mais comum são os socos – em 36% dos casos é a única forma de agressão – nos outros casos surge aliada a outras formas de ofensa física. Cinquenta e seis por cento das mulheres responsabilizam o álcool pelas agressões, contudo só 21% atribui as causas apenas ao álcool. Das agredidas, 57% apresentaram queixa na polícia.

As mulheres mais sujeitas à violência doméstica vivem ou habitam maioritariamente em Beltches e Congresso, têm idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos, geralmente são solteiras, e não possuem mais do que o ensino primário.

O estudo revela ainda que as mulheres são vítimas de violência verbal, psicológica e física. A violência física é mais frequente e os motivos mais comuns são o álcool, ciúmes e a suspeita de traição. Geralmente, nestes casos, as mulheres procuraram soluções junto dos familiares, nos médicos e na polícia.

O estudo deixa como recomendações que as mulheres desempregadas criem o seu próprio emprego, através de acções

de formação em diversas áreas, o acesso ao micro-crédito, já que trabalhar melhora a auto-estima das vítimas.

O inquérito realizado nos três bairros da cidade – Achada São Filipe, Congresso e Beltches - facultou dados sobre o grau de escolaridade destas mulheres, mostrando que cerca de 60% apenas têm a escolaridade primária. Cerca de 70% destas mulheres abandonou os seus estudos, e uma afirmou mesmo nunca ter frequentado a escola.

Cerca de 60% das mulheres declararam estar desempregadas ou financeiramente dependentes de terceiros. Outro dado surpreendente é o consumo de drogas, tendo o estudo revelado que 71 por cento das vítimas tem parceiros que consomem drogas, entre as quais o álcool que é também consumido pelas próprias vítimas.

O inquérito foi realizado nos meses de Novembro/Dezembro, nas periferias da cidade de São Filipe. Além da violência doméstica, o estudo fez um quadro da situação do consumo de álcool, vida sexual reprodutiva e aspectos socio-económicos das mulheres desta cidade.

Nicolau Centeio

BOA VISTA

Um apostador do totoloto, na ilha da Boa Vista, viu a sua sorte “escapar-lhe das mãos” quando depois de acertar os seis números, não pôde receber o dinheiro premiado. Tudo porque os boletins do concurso da semana passada não deram entrada na sede do Totoloto Nacional, na cidade da Praia. José da Costa Santos acertou cinco pontos num bilhete e seis num outro. Os números extraídos na semana passada foram: 6, 11, 13, 16, 34 e 41.



Apostador acerta no loto, mas fica sem dinheiro

Esta não é primeira vez que um apostador do totoloto acerta todos os números extraídos e não pode receber o prémio. Na 1ª edição deste ano, **A Semana** denunciou o caso de um jogador em Santo Antão, que jura ter acertado no loto, mas cujo boletim não consta dos registos na cidade da Praia, onde se faz a extração dos números.

Desta vez é um boletim apostado na Boa Vista que não chega à sede da Cruz Vermelha na Praia, secção do Totoloto. E o apostador perde a sorte grande! Aconteceu a José da Costa Santos “Djô” que apostou três boletins, acertou cinco números em um bilhete e seis pontos num outro, mas a sorte foi-lhe madrastra. Dez minutos antes da extração do número, Djô foi avisado que os boletins da Boa Vista não tinham dado entrada na sede do Totoloto Nacional, porque a TACV “esqueceu” de embarcar as apostas.

Djô aplica todas as semanas uma parte do dinheiro que ganha, depois de dias áduos a quebrar pedras, nas apostas do totoloto. Várias vezes já conseguiu fazer quatro pontos, mas nunca desistiu de tentar um jackpot. E agora que conseguiu o primeiro lugar, pode não ver a cor do dinheiro premiado. Mas mesmo assim continua confiante, que alguém possa resolver o seu problema. Caso contrário, afirma, “é continuar a jogar todas as semanas até que Deus volte a olhar para mim”.

Contactado, o delegado da Cruz Vermelha na Boa Vista e responsável pelo totoloto na ilha explica que houve uma “falha imputável a terceiros”. Segundo Silvestre Cruz, os boletins do concurso foram entregues à TACV para serem embarcados na sexta-feira passada, mas acabaram por não ser

enviados nesse dia. “Uma funcionária da TACV garantiu-me que os bilhetes seriam enviados no sábado, o que não aconteceu. Só pouco antes da extração dos números é que nos avisaram da Praia que os bilhetes não tinham chegado”, afirma.

Conta que logo depois de receber esta “informação constrangedora, fomos recolher a mercadoria e avisámos todos os apostadores que os boletins não tinham dado entrada na Praia, pelo que lhes seria restituído o dinheiro que apostaram”. Sobre o apostador que acertou no primeiro prémio, o delegado diz que os membros do júri não aceitam como concorrente os boletins que não deram entrada na sede, e que, assim, o jogador premiado, no caso o Djô, “sai prejudicado”. “Ele não poderá receber o prémio porque ele não entrou no jogo. Não podemos fazer nada, apenas devolver-lhe o dinheiro que jogou”, acrescenta.

Questionado ainda sobre a responsabilização da TACV, Silvestre Cruz afirma que falou com um dos funcionários da empresa, que lhe afirmou que “se se tratasse de um caso de extravio poderiam indemnizar o Totoloto Nacional com uma quantia de 100 contos. O que não é nada tratando-se de uma aposta de milhares de contos”. O delegado avança ainda que o presidente do Totoloto garantiu-lhe que irá analisar junto com a direcção da TACV o que poderá ser feito neste caso.

Refira-se que o capítulo Responsabilização, do Regulamento do Totoloto Nacional diz que “os agentes, delegados e outros intermediários asseguram as ligações com a CVCV, mas esta instituição não se responsabiliza por quaisquer danos causados aos concorrentes por esses intermediários”. E

ainda: “A CVCV não é responsável pela não participação nos concursos das matrizes dos bilhetes que deram entrada fora de prazos estabelecidos”.

Mais: “os concorrentes apenas têm direito à restituição das importâncias que tenham pago, mediante a entrega do recibo do bilhete ou a verificação da matriz se as matrizes não puderem ser admitidas aos concursos por extravio, por motivo de força maior ou falta imputável a terceiros”.

O delegado chama a atenção de todos os apostadores sobre o regulamento do totoloto. “Qualquer apostador que decidir jogar tem que assumir o Regulamento do Totoloto”. O boletim do concurso diz: “A participação nos concursos pressupõe o integral conhecimento e a plena aceitação dos regulamentos do Totoloto Nacional e do Jocker”.

A Semana consultou o regulamento do Totoloto Nacional e também verificou que, de facto, nem o regulamento nem o boletim apontam para a responsabilização desses terceiros e muito menos em pagar o prémio aos que após entregarem as suas apostas num agente credenciado pelo Totoloto Nacional, portanto credível perdem o prémio só porque alguém esqueceu de enviar os boletins. E isto em pleno séc XXI, quando as novas tecnologias de Informação podem no mínimo fazer valer as apostas seguindo-se os comprovativos depois. Um simples fax, um mail, nesse caso, não serviria para evitar que se excluísse potenciais ganhadores, evitando que saíam “prejudicados”? E agora a pergunta que fica no ar é: Num país PDM é isto admissível?

Silvia Frederico

Estaleiros do Carnaval do Mindelo: “elefantes brancos”

A edilidade mindelense adiou a inauguração de quatro estaleiros do Carnaval, que, em princípio, deveriam apoiar os grupos este ano. Prometidos por Isaura Gomes durante a campanha, os estaleiros só foram construídos este ano, ainda mais nos confins da Ribeira d’Craquinha, num vale de terra e pedras soltas.

Este é um dos motivos que leva Djô Borja a considerar os estaleiros inapropriados para as pretensões dos grupos que animam o Carnaval do Mindelo. “A localização é uma autêntica aberração. Seria um descalabro financeiro os grupos trabalharem nesse sítio, longe da cidade e sem iluminação. Isto sem contar com o problema do transporte dos carros alegóricos para o centro da cidade, com todos os riscos e custos que isso acarreta”, critica Djô Borja, presidente do “Maravilhas do Espaço”, cujo grupo, assegura, não foi contactado pela Câmara sobre a localização dos estaleiros.

Crítico em relação ao sítio e ao próprio tamanho de cada um dos quatro estaleiros, Djô Borja recusa qualquer hipótese de construir os seus andores na Ribeira d’Craquinha, sítio que, no seu entender, fica muito distante da cidade e num percurso muito sinuoso, que pode colocar em perigo a estabilidade dos andores e a segurança das pessoas. “Há dois anos sugeri que os estaleiros fossem construídos na Ribeira d’Julião mas veja a resposta da Câmara. Isto é como dizer aos grupos para não fazerem o Carnaval”, comenta Djô Borja, que cancelou a actuação do seu grupo neste desfile, devido, principalmente, a problemas de saúde.

Outra pessoa que se mostra apreensiva em relação aos estaleiros é São Costa, líder do grupo Sonhos sem Limites, praticamente pelos mesmos motivos de Djô Borja. Quanto a Ana Soares, presidente do “Flores do Mindelo”, mostra uma posição mais moderada pois, na sua opinião, faltam espaços próximos da cidade para se instalar esse género de obras.

“Os grupos não têm muitas opções de escolha, porque os locais para a construção de andores são escassos, na cidade. Este ano não vou usar os estaleiros porque o tempo já é curto, mas estou disponível para trabalhar lá aonde foram feitos”, assegura Soares, que vai levar, mais uma vez, o “Flores do Mindelo” ao asfalto.

Abordado em torno desta polémica, José Lopes, vereador da CMSV, preferiu esperar a publicação desta notícia para depois saber se vale ou não a pena dar qualquer esclarecimento. KzB

Roubo de motores de botes afecta Boa Vista

Os roubos constantes de motores de botes de pesca na Boa Vista têm preocupado pescadores e autoridades policiais. Só na semana passada foram roubados três motores de uma só vez, o que provocou a revolta dos pescadores e da população em geral, todos protestando contra a fraca presença policial na ilha.

O roubo da semana passada aconteceu na praia de Diante, onde os pescadores deixam os botes e todo o material de pesca. De uma só vez o larápio levou três motores. Um deles foi recuperado no fundo do mar, mas os dois restantes ninguém sabe dizer para onde foram levados. Os motores de popa custam entre 250 e 300 contos.

Outros motores já desapareceram na praia de Diante. No dia 31 de Dezembro, aproveitando o clima festivo do réveillon, alguém roubou um motor na calada da noite. Ainda em 2007, uma outra máquina foi furtada mas o dono teve sorte: dessa vez, a polícia conseguiu recuperar o equipamento na Cidade Velha, ilha de Santiago.

Por isso, contra a fraca presença policial na ilha, pescadores e população pedem mais policiamento nas ruas e nas praias, sobretudo na praia de Diante, onde dezenas de botes de pesca são deixados todas as noites. Esse grupo de boavistenses não hesita em acusar a Polícia de não estar fazer o seu trabalho e lembram a promessa do governo de enviar mais efectivos para a ilha assim que o aeroporto internacional abrisse.

Confrontado com o problema, o subcomissário João Santos diz que a sua equipa trabalha com apenas 14 efectivos, o que inclui ele próprio. Daí que o chefe da esquadra aconselhe os pescadores a retirarem os motores dos botes mal termine a faina, “tal como se faz em outras ilhas”, e levarem-nos para as suas casas, ou para guardar num outro sítio. Porque “guardar botes não é tarefa da polícia”.

João Santos chama a atenção para esse tipo de crimes que começa a surgir na ilha das dunas, devido ao grande fluxo migratório. Nos últimos meses, afirma,

tem havido muitos roubos na construção civil. “Há dias roubaram uma boa quantidade de mosaicos numa das obras daqui. O material foi encontrado na zona da Baraca”, exemplifica.

Segundo Santos, a Boa Vista é ainda uma ilha onde as pessoas continuam a dormir com as portas abertas, mas a sociedade boavistense, salienta, “deve começar a mudar os seus hábitos adequando-os aos novos tempos. A população tem que se mentalizar que a Boa Vista agora é uma ilha de muita procura e que não é só gente de bem que vem para cá”.

Uma boa notícia é que o problema da guarda de motores poderá ser resolvido dentro em breve. Para tanto a Câmara Municipal já anunciou para dentro de três meses uma casa de pescadores, onde pode ser guardado todo o material de pesca. O local terá ainda salões de jogos e uma sala de reuniões. O arranque das obras deve acontecer em Fevereiro. SF

Esclarecimento de um juiz-religioso

À EXMA SENHORA
DIRECTORA DO JORNAL "ASEMANA"

VILA DA RIBEIRA BRAVA, 22 DE JANEIRO DE 2008

Eu, Amândio Honório de Jesus Delgado de Brito, Magistrado Judicial (Juiz) em exercício de funções da Comarca Judicial de São Nicolau, tendo lido o comentário do Radar, relativo ao subtítulo "Fé", expresso no Jornal "ASEMANA" n.º 831, de 11 de Janeiro, bem como o artigo intitulado "Esclarecimento", publicado no no Jornal "ASEMANA" n.º 832, de 18 de Janeiro passado, venho por este meio, ao abrigo do art. 47º, n.º 7 da Constituição da República de Cabo Verde, exercer o meu direito de resposta, pelo que humildemente requeiro a V. Excia se digne mandar publicar, o mais brevemente possível, o trecho abaixo escrito, contendo a minha resposta a esses dois artigos.

"Não pretendendo ser pessoa conflituosa nem contenciosa mas tendo lido o patente em dois artigos publicados nas últimas duas edições do Jornal "ASEMANA", o primeiro expresso no Radar de 11 de Janeiro, no subtítulo Fé, e o segundo, sob o título "Esclarecimento", de 18 de Janeiro, acerca da minha pessoa, convicção religiosa e exercício de função, em respeito a DEUS e a todos os que crêem na Justiça Caboverdiana e em especial aos prezados cidadãos são-nicolenses, aos quais particularmente ora sirvo, venho deste modo, ao abrigo do meu direito de resposta (art. 47º/7 da Constituição) responder a esses artigos da seguinte forma:

a) Artigo do Radar sob o subtítulo "Fé", do Jornal "ASEMANA", n.º 831, de 11 de Janeiro

1º Esclareço, antes de mais, que pertencço à Congregação Reformada dos Adventistas do 7º Dia, de Tendas, para que assim não seja confundido como membro da Igreja Adventista do 7º Dia. São duas organizações religiosas bem distintas uma da outra;

2º O facto de eu ser religioso e juiz ao mesmo tempo, não merece qualquer impedimento legal e é constitucionalmente acobertado pelo artigo 48º da Constituição que expressamente tutela o direito à Liberdade Religiosa Individual;

3º Cumpre, todavia, afirmar que não corresponde à verdade que a fé me impeça de exercer a Justiça pois que foi o próprio DEUS quem criou os juízes humanos (sim, para quem não sabe, os Juízes têm uma origem Divina) para exactamente exercerem a Justiça entre os homens. Está escrito: *Por Mim reinam os reis e os príncipes decretam justiça. Por Mim governam príncipes e nobres; sim, todos os juízes da terra.* (Provérbios 8:15-16) Convém até referir que o 6º Livro da Bíblia Sagrada chama-se "Juízes". Em verdade, há real intimidade entre a origem dos Juízes e DEUS;

4º É verdade que há aspectos que ficam somente sob a Jurisdição Divina mas relativamente aos furtos, roubos, violações e outros crimes de natureza material, estes continuam na competência dos homens, sob a tutela Divina. Ou seja, o espiritual é julgado por DEUS mas o material, pelos homens. Logo, caso eu não julgasse a ninguém, eu

seria o primeiro transgressor da Lei Divina pois que DEUS jamais ordenou isso. Ademais, está escrito na Bíblia Sagrada: *Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz debalde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal.* (Romanos 13:1,3-4). Se foi DEUS quem instituiu as autoridades humanas, como poderiam estas não actuar entre os homens?!? O ensinamento alegado no referido artigo do Radar, não pode, pois, ser Bíblico nem jamais foi defendido pela minha pessoa e nem, em verdade, o poderá alguma vez ser;

5º Quanto à situação de São Nicolau, os factos falam por si mesmos: basta atentar-se para o número actual de reclusos, o número de detenções deste ano, o número de processos-crimes julgados, entre vários outros factores para se apurar o real andamento das coisas. Contra factos não há argumentos. Ora, os argumentos parecem estar lá (Praia) e os factos cá (SN). Convido a que os argumentos venham ter com os factos para vermos se efectivamente se equivalem ou não. Dizer mal é fácil, provar o mal, já é outra história... E como se diz em Direito, cabe ao que alega, provar aquilo que diz... sob pena de ser achado mentiroso;

6º Alerto ainda que se eu me recusasse a trabalhar, pecaria contra o próprio DEUS que diz: *Dizem-lhe eles: De César. Então ele lhes disse: Dai pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus.* (Mateus 22:21). Devo obrar bem tanto perante DEUS, como perante os homens; só assim poderei ser justo aos olhos de DEUS. Caso contrário, viveria uma falsa fé e usaria a liberdade religiosa para um fim não lícito tanto para DEUS como para os homens. Ora, a Liberdade Religiosa jamais pode justificar a escusa ilegítima em trabalhar e nem a falta de zelo no trabalho. E se trabalho, como sei que os factos atestam, digno então sou do meu salário;

7º No entanto, julgando eu que todo o escrito se baseou em informações incorrectas ou em alguma outra falha desculpável, publicamente perdoo aquele que tal fez, porque considero que o terá feito sem consciente má intenção, apelando-o somente a não mais fazê-lo, em sintonia com aquilo que se escreveu, a outrém, na mesma edição do Radar, no subtítulo "Polícia ta falá d'mas", aonde em particular se escreveu "falar sem provas é crime que pode ser enquadrado no Código Penal". Espero, todavia, com isto, não ferir a consciência de ninguém, injustamente;

8º Notando, claramente, que o que se escreveu terá a ver, decerto com algum lapso ou grave falha de informação, e como sou aberto e favorável à fiscalização pública, para que não fiquem quaisquer dúvidas, convido a população, em geral, a vir apurar os factos por si mesma. Afinal, os tribunais são serviços públicos e as audiências de julgamento, também, e os factos não podem mentir.

Reitero conceder o meu perdão ao que tal escreveu pois que julgo que o fez por ignorância profunda da realidade dos factos.

b) Artigo intitulado "Esclarecimento", do Jornal "ASEMANA", n.º 832, de 18 de Janeiro

9º Concordo plenamente com a afirmação de que efectivamente em São Nicolau, não existe qualquer pessoa a trabalhar no Tribunal desta Comarca, que pertença à Igreja Adventista do 7º Dia. Aliás, jamais ouvi ninguém deste serviço público a dizer isso mesmo e eu jamais o disse;

10º Entendo que a população em geral tenha alguma dificuldade em distinguir, à primeira vista, as duas igrejas mas, para que bem se entenda a diferença, reitero que eu

pertencço à "Congregação Reformada dos Adventistas do 7º Dia, de Tendas", e não à "Igreja Adventista do 7º Dia"; são duas Congregações diferentes. Para que nos distingamos melhor, costumamos identificar-nos como membros da "Igreja da Reforma" ou da "Igreja Tenda" quando os membros da outra Igreja somente são designados de "Adventistas". O facto de aparentemente termos as doutrinas do sábado e das carnes imundas em comum, pode levar a pensar que somos da mesma Igreja, mas na verdade, assim não o é, tendo nós, imensas diferenças doutrinárias;

11º Só a título de exemplo, os Adventistas do 7º Dia crêem que existem dois Criadores: DEUS criou o Bem e Satanás criou o Mal. Exaltam, assim, a satanás, como sendo um ser poderoso e criador tal qual DEUS, sendo mais do que uma simples criatura. Nós, ao invés, cremos somente em DEUS como Criador de ambas as ciências (do Bem e do Mal) e negamos qualquer poder a satanás, mera criatura. Bíblicamente conseguimos comprovar isso de forma bastante fácil até, mas limito-me a citar o seguinte texto Bíblico: *"Eu formo a luz, e crio as trevas; Eu faço a paz, e crio o mal; Eu, o SENHOR, faço todas estas coisas.* (Isaías 45:7)". Mas tais diferenças doutrinárias, em sede própria as trataremos;

12º Quanto ao Sr. Pr. Irlando de Pina, estranha-me que tenha endereçado o seu artigo ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial. Afinal, esse Conselho, não tem competência religiosa pelo que nem sequer entendi o porquê de citá-lo. É claro que sendo o Sr. um Pastor, esperava-se que soubesse bem disso, mas vendo eu que não o sabe, aconselho-o vivamente a leitura dos artigos 47º e seguintes do Estatuto dos Magistrados Judiciais, em particular dos arts. 65º e 68º desse Estatuto e do art. 221º da Constituição;

13º Pude facilmente constatar alguma ira contra nós pelo teor da sua escrita, o que lembrou-me logo que "Porque a ira do homem não opera a justiça de Deus." (Tiago 1:20) e também que "O homem iracundo suscita contendas, mas o longânimo apaziguará a luta." (Provérbios 15:18). Ora, sucede que "Mas, se alguém quiser ser contencioso, nós não temos tal costume, nem as igrejas de Deus." (I Coríntios 11:16). Como nós não temos o espírito de contenda mas sim o de paz, não vamos entrar pelo mesmo caminho;

14º Ademais, O que ama a transgressão ama a contenda; o que exalta a sua porta busca a ruína. (Provérbios 17:19). Ora, nós, à semelhança de DEUS, como Filhos, detestamos a transgressão (o pecado) (Salmos 5:4, Efésios 5:1), e até foi por isso que nos apartámos de vós, pelo que não poderemos contender porque isso não agradaria, decerto, ao DEUS de Amor e Paz;

15º É, ainda, deveras evidente a nossa diferença, quer pelos nossos símbolos, pelos temas utilizados, pelas doutrinas, pelo modo comportamental e por tantos outros factores, não tendo nós necessidade alguma de nos fazermos passar por vós (aliás, fazemos questão de nos identificarmos como sendo uma Congregação diferente da vossa), pelo que não compreendi o seu comentário a respeito. Até acho que no encontro da rádio isso tinha ficado bem explícito, não?!?

16º Quanto à submissão à Justiça terrestre: "Se alguém diz: Eu amo a Deus, e odeia a seu irmão, é mentiroso. Pois quem não ama a seu irmão, ao qual viu, como pode amar a Deus, a quem não viu?" (I João 4:20). Se não nos sujeitássemos às leis humanas, no nosso dia a dia, provindas de homens como nós, seres visíveis, como conseguiríamos então sujeitarmo-nos a DEUS?!?

17º Pelo seu nível de instrução e posição pastoral, deveria ter adoptado conduta mais conforme.

Quanto aos cidadãos, em geral, em caso de dúvidas, podem-me contactar. Cumprimentos a todos, caminhai na Justiça, vivei em Paz e que a Graça de DEUS seja com todos vós.

Amândio Honório de Jesus Delgado de Brito
Morada: Vila da Ribeira Brava
Telefone: 2352307; Telemóvel: 9853325;
Blog: www.ddlg-crasdt.blogspot.com
Email: ahdelgadobrito@hotmail.com

SECTOR DO LOTO

Concurso N.º 2008/03 de 20 de Janeiro de 2008

TOTOLOTO

Números Extraídos: 6 - 11 - 13 - 16 - 34 - 41

1.º Prémio.....2.001.966,50.....0).....(JACKPOT)
2.º Prémio.....421.798,8013.....32.446
3.º Prémio.....632.698,20.....283.....2.235

JOKER

Número Premiado:528489

1.º Prémio.....15.092.413,00.....1a).....15.092.413
2.º Prémio.....555.417,40.....2.....277.708
3.º Prémio.....219.602,70.....5.....43.920
4.º Prémio.....366.004,50.....68.....5.382

a) Da Agência Nº 71 - São Vicente

Previsão para esta semana (Concurso nº 04 de 27-01-08)

TOTOLOTO
3 000 000\$00

JOKER
500 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!

A Fina-flor do Primeiro Ministro, que será para a UNI-CV?

O corpo docente do ISECMAR, a tão proclamada Fina-flor pelo nosso Primeiro Ministro, o que será para a nossa Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)?

Em princípio, a minha questão está mal colocada, uma vez que a Uni-CV não é uma entidade à parte do Instituto de Engenharias e Ciências do Mar (ISECMAR), este constitui uma unidade associada da Uni-CV. Por outro lado, não estará tão mal colocada, como adiante se demonstra. Em qualquer sistema as partes se interagem constituindo um todo diferenciado das partes constituintes. Nos belos discursos da Uni-CV e relativos à Uni-CV, a participação do ISECMAR (da Fina-flor) é sobejamente incentivada. Abem da verdade, o ISECMAR também participa (ou é chamado a participar) no conselho da Uni-CV. Muitas decisões, à partida, contam com a participação da direcção do ISECMAR, como é o caso da abertura de cursos de licenciatura, no ISECMAR, pela Universidade de Cabo Verde, a partir de Outubro de 2008. Inclusive, fomos solicitados a fazer a remodelação dos nossos cursos de bacharelato, para constituírem essas tais licenciaturas. Contudo, as nossas propostas para os novos cursos, uma vez levados ao conselho de estratégia da Uni-CV, alguns foram prontamente “chumbados”.

Claro está, que dizer prontamente “chumbados” poderá parecer exagero, uma vez que a Uni-CV tem a benevolência de ouvir as suas partes e, na verdade, para nossa satisfação foi o que realmente aconteceu. Representada pelos seus vice-reitores de graduação e de pós-secundária curta, além do pró-reitor de extensão e inovações tecnológicas, a Uni-CV, reiterou que não havia tomado qualquer decisão nesse conselho e que estava perante o conselho directivo do ISECMAR, para apresentar o que havia sido simplesmente discutido, ouvir nossa posição e só depois tomar uma decisão. Essa reunião aconteceu no dia 21 de Dezembro de 2007.

Uma das pouquíssimas reuniões em que tive o prazer de participar, na nossa casa,

uma vez que os trabalhos de casa haviam sido realizados.

Para nossa perplexidade, no dia 14 de Janeiro, o Presidente do ISECMAR recebeu uma deliberação do conselho de estratégia e governo da Uni-CV, que fora aprovada desde o dia 14 de Dezembro, na qual constava a aprovação dos cursos de licenciatura. Ou seja, os mesmos cursos, apresentados pelos “nossos” vice-reitores para discussão com o ISECMAR, aquando da reunião, excluindo os “chumbados”. Essa reunião, por conseguinte, não passou de simples encenação, entre a data da aprovação dos cursos e a data do envio da deliberação para o ISECMAR. Todos os argumentos apresentados e bem defendidos, pelo ISECMAR, para manter todos os cursos propostos foram simplesmente ignorados.

Agora eu pergunto, se gasta dinheiro público para que as altezas venham até nós, somente para inglês ver? Se se me responde que não, serei obrigada a admitir que a Fina-flor, do nosso Primeiro Ministro, não passa dum flor vulgar? Mas, não.

Não será tão Fina-flor, mas o ISECMAR ao longo de vários anos, com recursos e incentivos inadequados, graças à dedicação de alguns dos seus docentes e funcionários tem conseguido colocar no mercado formados de boa qualidade. Não sou eu a dizer, mas é a sociedade civil, são as empresas e instituições que os têm absorvidos, são os pais que neles investiram, são os mesmos que por nossa casa passaram. Por conseguinte, a participação do ISECMAR, na construção da Universidade de Cabo Verde, jamais deveria ser reivindicada. É uma conquista, pelo trabalho feito e que se está fazendo. Poderíamos ter feito e fazer melhor? Poderíamos. Os nossos cursos são os mais adequados para o nosso mercado? Essa questão foi tida em conta aquando da remodelação de alguns cursos, nomeadamente, o curso de bacharelato em biologia marinha e pescas remodelado para licenciatura em ciências biológicas.

A partir de análises empíricas nossas,

que não deixam de ser válidas, pelo menos até se realizarem estudos credíveis, tem-se verificado que: 1) entre alunos do secundário, há preferência por ciências biológicas em relação à biologia marinha; 2) formados nossos têm conseguido emprego nos laboratórios de análises clínicas; 3) outros são docentes no ensino secundário, entretanto, preferíveis em relação aos formados em ciências biológicas. Por essas e outras razões, optamos por um curso em ciências biológicas, por conseguinte, com um tronco-comum abrangente para qualquer ambiente, e com três ramos de especialização, dois na área marinha e outro na área das ciências biomédicas. Além disso, com a possibilidade, uma vez que estaremos em uma universidade supostamente em rede, desses alunos completarem sua formação (opcionalmente) com as disciplinas pedagógicas, na unidade vocacionada para tal. O mesmo sendo válido para o ramo em ciências biomédicas, quando existir uma unidade vocacionada.

Segundo o conselho de estratégia e governo da Uni-CV essa nossa proposta formativa apresenta duvidosa coerência científica e o curso de biologia marinha tem apresentado baixo nível de empregabilidade. Essa última afirmação, que não é novidade para nós, foi tida como uma das razões para tal remodelação. Quanto à primeira afirmação, apesar da sua gravidade, foi colocada sem apresentar os motivos geradores de tal opinião. Por conseguinte, uma vez mais deixa transparecer a falta de argumentos para tratar de questões tão sérias.

Entretanto a universidade já tem aprovado, em substituição do anterior curso de biologia marinha e pescas, um curso em ciências do mar com variantes em engenharia da pesca/aquacultura e gestão em recursos marinhos, a partir de outubro de 2008. Onde estão seus critérios científicos, técnicos e pedagógicos? O curso de ciências do mar, inventado algures, pelo próprio nome evidencia suas fraquezas. O ambiente marinho, abrange cerca de 75% da superfície da Terra. Entretanto o ambiente terrestre, tão reduzido, é estudado não nas ciências da

terra, mas sim separadamente, em geologia, biologia ou ciências biológicas, química, física, geografia, hidrologia, meteorologia, etc. Como se pode ver coerência científica na criação de um curso, que abrange estas e outras áreas do saber de um ambiente tão vasto? Estaríamos formando ou pincelando? Em oceanografia que tradicionalmente se ocupa apenas das primeiras quatro áreas do saber apontadas acima, vêm-se formando em muitas paragens. Entretanto, essa tal “ciências do mar”, quer-se além da oceanografia, abrangendo gestão do ambiente, aquacultura, engenharia/ciências da pesca. A contradição é que para a Uni-CV a oceanografia apresentaria nível de empregabilidade reduzido. Como então que ciências do mar não padeceria do mesmo problema? Só porque é uma linguagem mais bem preenchida?

Um curso de oceanografia e, por conseguinte, também de ciências do mar, é extremamente caro. Ainda escuto o meu professor de oceanografia física, dizer-me: “Cuidado!!! Tens em mãos para içar no mar, dez mil dólares.” Quanto a recursos humanos, pergunto, há oceanógrafos físicos, químicos ou geólogos oceanógrafos, por aqui disponíveis para abrimos essa tal ciências do mar em Outubro de 2008? Salta à vista que nem sequer se teve o trabalho de verificar o que contempla a tão defendida ciências do mar. No web site www.ulpgc.es, encontra-se a grade curricular de um curso com esta designação. Em termos de embarcações, contamos tão somente com um bote insuficiente. Bibliografia? Claro está que isso não constitui um problema para a Uni-CV se se pode iniciar cursos de mestrado sem um mínimo de bibliografia.

Podemos inclusive não estar totalmente certos, mas não serão esses tipos de atitudes, mormente os argumentos ligeiros da Uni-CV, capazes de nos destituir do apelido do Primeiro Ministro, Fina-flor.

Corrine Almeida

Membro do Conselho Científico do ISECMAR

Sexta-feira, 25 de Janeiro de 2008

Asemana

UMA PEÇA ARQUIVÍSTICA PARA O DR GERMANO ALMEIDA

Caro Dr. Germano Almeida,

Foi com atenção e prazer que li o seu artigo intitulado MA-DEIRA, CABO VERDE E GUINÉ, publicado na página 8 do jornal A Semana, n.º 832, de 18 de Janeiro de 2008, e notei, com satisfação, que alguns assuntos que tenho discutido com amigos meus aqui na cidade da Praia foram por si abordados no seu artigo, sobretudo a parte que se refere a «... para entendermos a razão porque os caboverdianos em geral e os boavistenses em particular tenderão cada vez mais a serem fixados em reservas».

Temos falado sobre a forma como a Cidade da Praia está sendo, a pouco e pouco, cercada por “resorts e outros que tais” para gente riquíssima e sobretudo estrangeira: de leste para oeste da nossa Cidade temos Ponta Bicuda, Sambala Village, zona da Trindade (amanhã), Monte Babosa, Santiago Resort, e a sul o célebre Casino no Djéu, ficando no meio as “reservas”.

Creio que a única diferença é que, nestas latitudes, as nossas reservas não terão “peles vermelhas” mas sim “peles mais ou menos pretalhadas”

Vista esta coincidência de pensamento e ideias, não resisti em oferecer-lhe, partilhando-a também com o público em geral, a seguinte peça arquivística que transcrevi do livro de registos n.º 0134 (1850/12/21 a 1852/10/22), antigo n.º 280, com 200 folhas, cópias manuscritas, intitulado “Correspondência expedida pela 1.ª Repartição a diversas autoridades”, pertencente ao Fundo arquivístico da Secretaria Geral do Governo, Livros Manuscritos (1674-1954), conservados no acervo do Instituto do Arquivo Histórico Nacional – Cabo Verde.

Este livro manuscrito que, contrariamente a muitos outros, não tem o Termo de Abertura nem o de Encerramento, começa logo na página 1 com o registo do Ofício n.º 178 e termina na página 200/verso com o registo do Ofício n.º 294, está, todo ele, em bom estado de conservação, pelo que passo a transcrever da:

Página 89/verso: «1851

N.º 197 Para o Consul de Sua Mag.e Britannica.-

Responde ao seu off.º de 12 do corr.e sobre o terreno injustam.e concedido ao subdito Britannico Jorge Rendall, pelo ex-Comm.e Militar Pussich.

Ill.mo Snr. Em resposta ao seu off.º que V. S.ª me dirigio com data de 12 do corr.e enviando-me a cópia da carta, que o subdito Britannico Jorge Rendall, dirigio ao Capitão de Fragata Reformado Pussich, ex-Comm.e Militar da Ilha de S. Vicente, acerca da confirmação da posse de um terreno que diz lhe concedera o dito Pussich, e para o qual posso asseverar a V. S.ª que não estava authorisado; - acrescentando a V. S.ª que muito precisa d'aquelle terreno para o serviço de uma das companhias que fornecem carvão á dita Ilha; cumpre-me dizer a V. S.ª que, pelos motivos expendidos no meu officio datado de hontem, pode o referido Jorge Rendall, requerer ao Governo d'esta Provincia, o que bem lhe convier para se lhe deferir na conformidade das Leis Portuguesas; e quanto ao desejo que V.S.ª tem de adquirir o mencionado terreno, não posso por ora dizer se é, ou não possivel, porquanto logo que ahi cessem as febres que tanto tem flagellado os habitantes da Ilha de S. Vicente, tenciono dirigir-me em pessoa a efsa Ilha, com as competentes autoridades judi-

ciaes, a fim de escolher os terrenos de que pode precisar o Governo portugues, para a organização do porto grande, e edificação da Cidade, e só dos que restarem se poderá dispôr para aforamento, na conformidade das Leis. - Todavia, ainda mesmo quando o sobredito terreno seja dos escolhidos para n'elle se fazerem obras pertencentes ao meu Governo, talvez seja possível arrendal-o temporária, ou permanentemente, devendo quem o tem indevidamente desfructado indemnizar á Fazenda d'esta Provincia dos lucros que esta tem perdido; - porque não tendo o actual possuidor título legal como elle mesmo confessa, para tal posse, não pode por conseguinte ter privado legitimamente o cofre»

Página 90: «d'esta Provincia dos respectivos lucros. -

Renovando os protestos da consideração em que tenho a sua pessoa, sou = De V. S.ª M.º Att.º e C.e – Fortunato José Barreiros, Brigadeiro e Governador Geral – Ilha Brava, 30 de Novembro de 1851.»

Seguindo o exemplo da Televisão Euro News, ao emitir algumas imagens, **NO COMMENT.**

Mas, como não sou súbdito de Sua Majestade, não posso resistir: “**É más forti qui mi**”.

E, nesta conformidade, não posso deixar de me lembrar, de um amigo meu, cá do burgo de Lém-Ferreira, da Cidade da Praia, que, perante determinadas situações, costuma sentenciar: “**DJAS DURRA N'EL**”.

Receba um abraço deste escrevente,

José Maria Almeida

Técnico Superior Principal do Instituto do Arquivo Histórico Nacional

Carta do Leitor